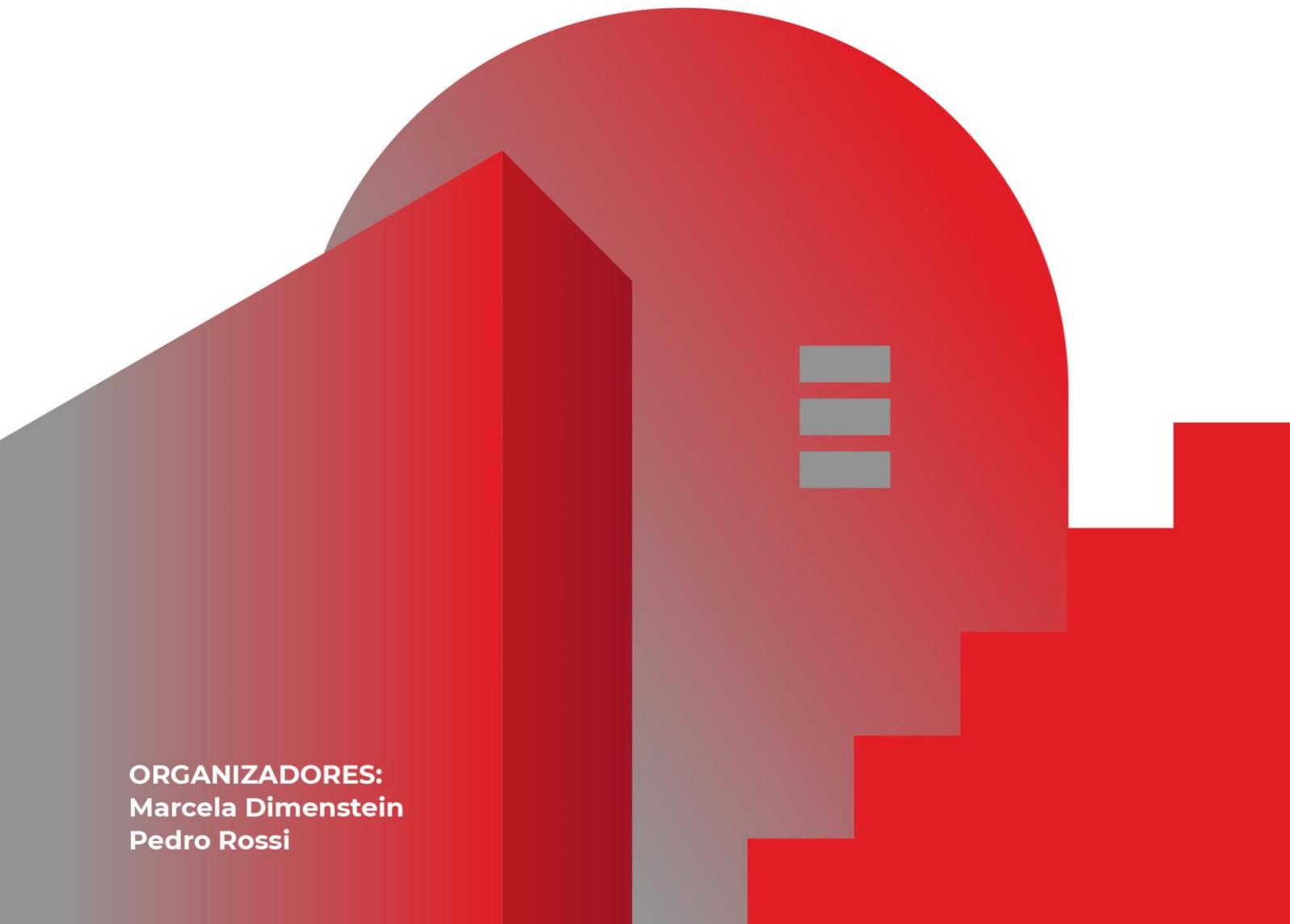


## **PANORAMAS II**

# **PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA II TURMA DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIESP**



**ORGANIZADORES:**  
Marcela Dimenstein  
Pedro Rossi

**ISBN: 978-65-5825-057-9**

**PANORAMAS II**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA II TURMA DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIESP**

**Marcela Dimenstein  
Pedro Rossi  
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB  
2021



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP**

### **Reitora**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

### **Pró-Reitora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Editor-chefe**

Cícero de Sousa Lacerda

### **Editores assistentes**

Márcia de Albuquerque Alves  
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

### **Editora-técnica**

Elaine Cristina de Brito Moreira

### **Corpo Editorial**

Ana Margareth Sarmiento – Estética  
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura  
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda  
Érika Lira de Oliveira – Odontologia  
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia  
Jancelice dos Santos Santana – Enfermagem  
José Carlos Ferreira da Luz – Direito  
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia  
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores  
Luciano de Santana Medeiros – Administração  
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação  
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante – Ciências Contábeis  
Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia  
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária  
Rita de Cássia Alves Leal Cruz – Engenharia  
Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física  
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2021 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Designer Gráfico:**

Mariana Morais de Oliveira Araújo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

P195 Panorama II: produção científica da 2ª turma de arquitetura e urbanismo - UNIESP [recurso eletrônico] / Organizadores, Marcela Dimenstein, Pedro Rossi. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2021.

92 p.

Tipo de Suporte: E-book  
ISBN: 978-65-5825-057-9

1. Produção científica – Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura e Urbanismo - Interdisciplinaridade. 3. Panorama – Conhecimento científico. I. Título. II. Dimenstein, Marcela. III. Rossi, Pedro.

CDU : 001.891:72

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora UNIESP**

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar – COOPERE  
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba  
CEP: 58109-303

## SUMÁRIO

<b>1 EXPERIMENTANDO A CIDADE ATRAVÉS DO TEATRO:</b> A técnica de Augusto Boal aplicada entre mulheres venezuelanas refugiadas em João Pessoa/ PB - Amanda Costa da Silva e Marcela Dimenstein	05
<b>2 Contribuição da Ordem Carmelita Para a Urbanização da Paraíba Entre os Séculos XVI e XVIII</b> - Andrezza Dayane Lopes de Souza e Anne Camila Cesar Silva.	20
<b>3 DIMENSÕES URBANAS DA PRAÇA GETÚLIO VARGAS NA CIDADE DE CABEDELO – PB</b> - Elizonete Lourenço de Souza e Sidney Pereira dos Santos Junior	39
<b>4 ARQUITETURA ESCOLAR: NOVAS CONCEPÇÕES DE ESPAÇOS, INCLUSÃO E CIDADANIA</b> - Fabiana Correia Guedes e Ana Luísa Pires Gouveia Guedes	53
<b>5 INVENTÁRIO TEMÁTICO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO LIGADO A VINDA DO IMPERADOR DOM PEDRO II, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE MAMANGUAPE-PB</b> - Júlio Cezar Martir Cabral e Anneliese Heyden Cabral Lira	63
<b>6 PROPOSTA DE PARQUE LINEAR PARA O BAIRRO DO ALTIPLANO EM JOÃO PESSOA/PB</b> - Vivianne Fechine Aguiar e Ana Luzia Pita Lima Rodrigues	78

## EXPERIMENTANDO A CIDADE ATRAVÉS DO TEATRO: A técnica de Augusto Boal aplicada entre mulheres venezuelanas refugiadas em João Pessoa/ PB

Amanda Costa da Silva<sup>1</sup>  
Marcela Dimenstein<sup>2</sup>

### RESUMO

Essa pesquisa trata da migração de venezuelanos para a cidade de João Pessoa/PB, em especial as mulheres. Elencamos como objetivo neste artigo expor ensaio fotográfico realizado durante Oficina de Teatro realizada para comprimento do Trabalho de Conclusão de Curso da autora deste artigo. Utilizamos como instrumento de investigação uma oficina de teatro com foco na empregabilidade baseada no método do Teatro do Oprimido de Augusto Boal para venezuelanas que queiram conhecer e experimentar essas práticas. A técnica, na sua essência, é utilizada para que qualquer pessoa que sofra opressão consiga descobrir o seu lugar no espaço, colocar-se e reagir a essa situação em que vive como um ser ativo e crítico.

**Palavras-Chaves:** Venezuelanas, Teatro do oprimido, Fotografia.

### ABSTRACT

*This research deals with the migration of Venezuelans to the city of João Pessoa / PB, especially women. We list as objective in this article to expose a photo essay made during the Theater Workshop held for the length of the Course Conclusion Work of the author of this article. We used as a research tool a theater workshop with a focus on employability based on the method of the Theater of the Oppressed by Augusto Boal for Venezuelans who want to know and experience these practices. The technique, in essence, is used so that anyone who suffers oppression can discover his place in space, put himself in and react to this situation in which he lives as an active and critical being.*

**Keywords:** Venezuelans, Theater of the Oppressed, Photography.

### 1 INTRODUÇÃO

O mundo vivencia hoje, o mais alto índice de migração da história segundo a Organizações das Nações Unidas em 2019. Diante disso, o tema central deste artigo é a migração contemporânea, que segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados atinge hoje um número de 79,8 milhões de pessoas, que por diversos motivos, saem de seus países de origem procurando melhores condições de vida em outro. Conflitos armados e crise política, como visto na Venezuela, são

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ amanda.projete@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ mmarcelad@gmail.com

fatores que podem tornar a vida insustentável no país do migrante. Ainda segundo o ACNUR (2020), já são 25,9 milhões de refugiados desabrigados procurando se estabelecer em diversos lugares do mundo.

Nesse sentido, jornais conceituados do mundo como, BBC (British Broadcasting Corporation), CNN (Cable News Network), DW (Deutsche Welle), El País, New York Times, dentre outros, publicam, diariamente, notícias sobre a situação política, social e econômica da Venezuela. O jornal G1 do dia 04 de abril de 2019 traz como capa: *'Com colapso na saúde, Venezuela está sob 'emergência humanitária complexa'*. Segundo o ACNUR (2019), a população venezuelana vive a falta de recursos básicos, como alimentação, saúde, segurança, trabalho e educação.

Relatos da vida dos venezuelanos revelam como está o país:

Valeca é advogada e antes da derrocada venezuelana levava uma vida de classe média. Quando a crise aumentou, perdeu o emprego. Seu filho de 10 anos deixou a escola particular e ingressou na pública, passando a caminhar seis quilômetros por dia, ida e volta, porque já não mais havia transporte escolar. A essa altura já estavam racionando alimentos e evitando visitar parentes para não passar pelo constrangimento de, por exemplo, usar o banheiro e não ter papel para higiene. Seu filho deixou de ir à escola quando seu tênis estragou, pois não tinha dinheiro para comprar outro e, mesmo se conseguissem recursos, encontrar mercadoria como um simples calçado, tornou-se uma tarefa árdua em seu país. Assistindo a vida se complicar a cada dia, Valeca migrou para Boa Vista, viveu por alguns meses nas ruas até conseguiu uma vaga em um dos abrigos da cidade, onde espera pelo processo de interiorização na espera de conseguir emprego para trazer seu filho e sua mãe para o Brasil (BAENINGER; SILVA, 2018, p.15).

Diante dessa realidade, os dados disponibilizados pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e ACNUR (2020), mostram que já são 4,5 milhões de homens e mulheres fora de suas casas procurando refúgios em todo mundo e só no Brasil, já existem 61.681 venezuelanos registrados, dentre eles 34.457 refugiados.

Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, é o estado nacional que mais recebe solicitações de refúgio deste país (81%) e pode-se encontrar em Boa Vista, a maior concentração de migrantes venezuelanos do país. Segundo dados da ONU (2019), Roraima possui 13 abrigos, onde encontram-se por volta de 6.900 migrantes venezuelanos, sem contabilizar os que não conseguem vagas nos abrigos e estão recebendo ajuda financeira emergencial. Cerca de 800 pessoas cruzavam a fronteira todos os dias, como afirma reportagem jornalística abaixo:

Do total de venezuelanos que migraram para o Brasil, o IBGE aponta que 99% está em Roraima, na cidade fronteiriça de Pacaraima e, também, na capital Boa Vista. A população do estado é estimada em 576,6 mil habitantes, e a da capital em 375,4 mil. Assim, o número de venezuelanos vivendo em Roraima corresponde a mais de 8% do total de habitantes da capital (G1, 2018).

Apesar de o Brasil ser considerado, pela ONU, um país que acolhe e protege os direitos dos refugiados, o Estado de Roraima, em agosto de 2018, solicitou ao STF (Supremo Tribunal Federal) medidas para a contenção de entrada de venezuelanos pelas fronteiras.

Como podemos observar na figura 01, no dia 21 de fevereiro de 2019, a fronteira foi fechada por decisões políticas de Nicolas Maduro, atual presidente da Venezuela. Uma barreira física formada por soldados venezuelanos impedia qualquer movimentação na fronteira, como consta na publicação de Nelson Almeida (2019).

Figura 01 – Fronteira da Venezuela fechada por militares venezuelanos.



Fonte: autoria de Nelson Almeida (2019). Disponível em: <https://bit.ly/2Q9Wdlv>. Acesso em: 28 mai. 2019.

Segundo reportagem realizada com o Governador de Roraima, Antônio Denarium, em 23 de março de 2019 e divulgada pelo Jornal G1, mesmo com a fronteira fechada – "[As dificuldades] extrapolam completamente a normalidade da execução de políticas públicas estaduais". As reportagens dos jornais eletrônicos abaixo relatam em detalhes a situação emergencial do estado de Roraima.

Figuras 2 e 3 – Reportagem que mostra a realidade do estado de Roraima com a imigração

Fonte: Portal de notícias G1. Disponível em <https://glo.bo/34Tw12E>. O Tempo. Disponível em: <https://bit.ly/2pbpocJ>. Acessos em: 24 mai. 2019.

Diante da emergência decretada nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, foi criado pelo governo Michel Temer em 2017, para todo o estado de Roraima, o processo de interiorização de imigrantes<sup>3</sup> para outras capitais do Brasil. A interiorização acontece mediante a proposta do governo federal para as famílias que estão nos alojamentos da capital a mais de um ano, intencionando realocá-los para 17 estados do país participantes (Pará, Amazonas, São Paulo, Roraima, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro). Até novembro de 2019, um total de 25.332 refugiados venezuelanos foram interiorizados (ACNUR, 2020).

No dia 03 de julho de 2018, o “Polêmica Paraíba” relatou a chegada das primeiras famílias venezuelanas no estado e encaminhadas ao município do Conde. Para João Pessoa, inicialmente foram 69 pessoas para o abrigo Humanitário Internacional Aldeias Infantis SOS.

<sup>3</sup> No processo de interiorização, é feito inicialmente um trabalho de documentação para que o imigrante ou o refugiado tenha o direito de trabalhar e ter acesso a hospitais, educação e outros serviços básicos. Além disso, é realizada uma mobilização social para que esses refugiados e migrantes tenham acesso às informações sobre direitos, cultura e língua.

Figuras 4 e 5 – Reportagens sobre o processo de interiorização dos venezuelanos

## Refugiados venezuelanos chegam à Paraíba e são levados para abrigos

Grupo de 44 imigrantes deve ficar em abrigos no Conde e em Campina Grande.

Por G1 PB

03/07/2018 18h49 - Atualizado há 10 minutos



## Após a crise migratória em Roraima, venezuelanos contam como é a vida em outros estados

Com processo de 'interiorização' iniciado em abril pelo Governo Federal, mais de mil imigrantes foram levados a locais como RS, RN, PB, BA, PR, DF, AM, PE e MT. Ao G1, eles relatam efeitos da mudança.

Por Emily Costa\*, G1 RR — Boa Vista

24/12/2018 10h18 - Atualizado há 4 meses



Fonte: Portal de notícias G1. Disponível em <https://glo.bo/2QcuKPX> e <https://glo.bo/2O68Hb5>. Acessos em: 24 mai. 2019.

O processo de migração, como um todo, não é uma tarefa fácil, principalmente para mulheres, crianças e idosos. No caso das mulheres, as dificuldades se agravam, pois muitas deixam seus filhos pequenos para trás ou estão grávidas durante a travessia, além dos abusos físicos e sexuais.

A revista *Metrópolis* traz uma matéria publicada no dia 8 de março de 2018, com o título de “*Órfãs de terra mãe: a saga de mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil*” dados oficiais e relatos sobre a sobrevivência feminina no estado de Roraima são os pontos de partida para essa pesquisa.

Roraima, divisa com a Venezuela, tornou-se o destino mais viável para 40 mil venezuelanos – dos quais 41,2% são mulheres, de acordo com a Polícia Federal. Por dia, há registro de 1,5 mil novos imigrantes no país. A maioria entra sozinha pela fronteira, na cidade de Pacaraima, distante cerca de 200km da capital, Boa Vista. Entre os refugiados, há centenas de mulheres grávidas ou com filhos, a maior parte negras ou indígenas, que são, segundo a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a parcela mais vulnerável desse contingente (METRÓPOLES, 2018).

Logo, o eixo central dessa pesquisa foi desenvolver um trabalho de vivência e troca de experiência com mulheres venezuelanas recém-chegadas a João Pessoa. Intenciona-se realizar Jogos Teatrais que se utilizam do método do Teatro do Oprimido de Augusto Boal<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Augusto Boal vivenciou a ditadura militar, foi torturado, preso e exilado, teve como base, Paulo Freire e Bertolt Brecht para criar o Teatro do Oprimido e suas ramificações. Dramaturgo e diretor

A intenção da utilização do método é fazer com que uma determinada pessoa que esteja passando por qualquer dificuldade tenha subsídios para analisar ações, refletir, criar soluções e encontrar possibilidades de reagir ao problema, tudo isso em um ato cênico. Conseqüentemente, ao terminar a cena, o indivíduo que deixou de ser apenas uma plateia passiva, passará a vivenciar a sua realidade com outro olhar dentro e fora da cena, se tornando o protagonista da sua vida. Segundo Augusto Boal:

O que a poética do oprimido propõe é a própria ação. O espectador não delega poderes ao personagem para que atue nem para que pense em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagônico, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores: em resumo, o espectador ensaia, preparando-se para a ação real. Por isso, eu creio que o teatro não é revolucionário em si mesmo, mas certamente pode ser um excelente “ensaio” da revolução. O espectador libertado, um homem íntegro, se lança a uma ação! Não importa que seja fictícia: importa que é uma ação (1991, p.138).

Objetivamos aqui expor um ensaio fotográfico a partir da seleção de fotografias feitas para a Oficina de Teatro com Mulheres Venezuelanas, realizada em 2019, com apoio da Casa das Artes de João Pessoa e da Aldeia Infantil SOS Mangabeira. A oficina foi ministrada pela teatróloga Amanda Costa da Silva Sousa e utilizada como objeto de estudo em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo.

A Oficina de Teatro com Mulheres Venezuelanas aconteceu durante três sábados do mês de agosto de 2019. Os encontros buscaram trabalhar as seguintes questões: a consciência corporal, a necessidade da respiração, a proximidade e o contato físico, a ideia de coletividade, as memórias afetivas vivenciadas por elas, a espacialização do corpo na cidade e a criação de personagens através da imagem e palavra.

Baseado na ética e solidariedade, o Teatro do Oprimido nos possibilitou, por meio da prática de jogos teatrais e dinâmicas cênicas, trilhar caminhos para chegar ao objetivo das mulheres venezuelanas. Logo, este ensaio busca contribuir com reflexões sobre o uso do espaço na cidade, começando pelo processo de caminhar, usar os transportes públicos e interagir com as pessoas, criando uma rede de contatos e conseqüentemente de empregabilidade. Para Boal (1998), “no teatro tudo

é verdade, até a mentira”, e, ao encenar um problema, o ator é estimulado a reagir também na vida real.

## O ENSAIO FOTOGRÁFICO



### 01 – Consciência corporal

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



### 02 – Respiração

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**03 – Contato**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**04 – Concentração**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**05 – Coletividade**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



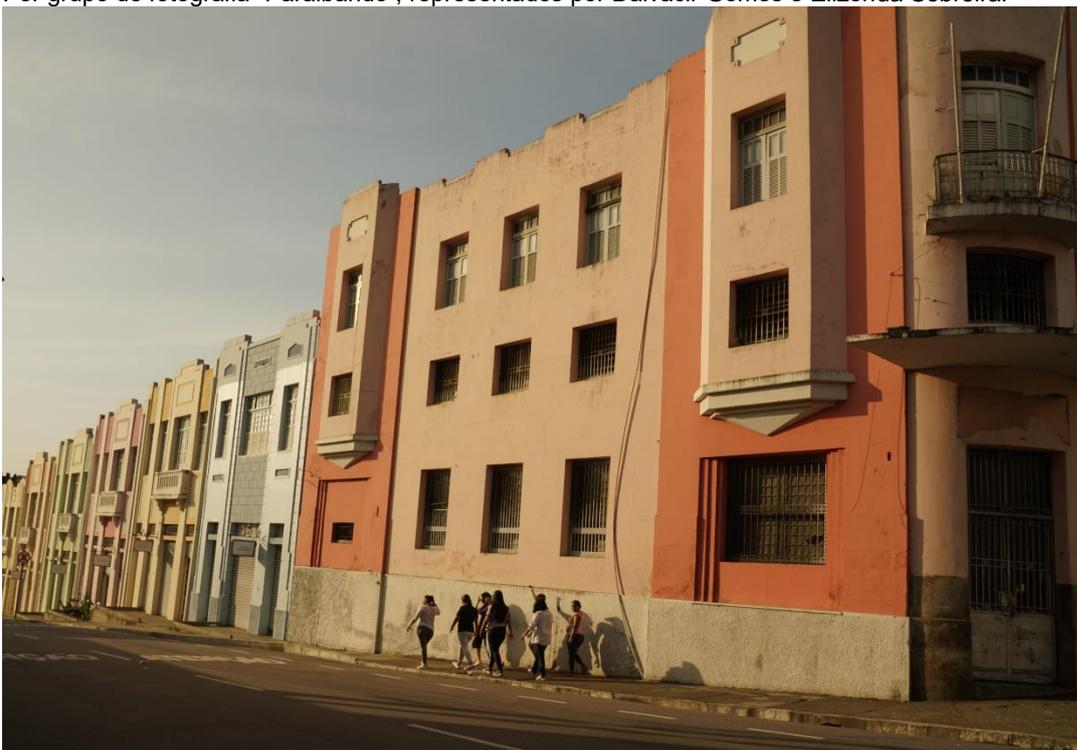
**06 – Memórias afetivas**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**07 – Compartilhando experiências**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**08 – Especialização do corpo na cidade**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**09 – Espacialização do corpo na cidade**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**10 – Criação de personagens através da palavra.**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**11 – Criação de personagens através da imagem.**  
Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**12 – Novos contatos e possibilidades de emprego.**  
Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.



**13 – Pertencimento a cidade**

Por grupo de fotografia “Paraibando”, representados por Dalvacir Gomes e Elizenda Sobreira.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Brasil. **Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG**. 2017. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-06/roraima-e-o-estado-com-mais-violencia-domestica-contramulher>. Acesso em 13 ago. 2019.

**AUGUSTO Boal e o Teatro do Oprimido**. Direção: Zelito Viana. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IL3-Wc305Gg>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Unicamp, 2018. Disponível em: [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 1 mai. 2019.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Funarte, Ministério da Cultura e Editora Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Hamlet e o filho do padeiro: memórias imaginadas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não atores**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 12ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

EL País. **Temer fala em senha para regular entrada de venezuelanos e depois retifica.** Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535496222\\_378989.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535496222_378989.html). Acesso em: 20 out. 2019.

EL País. **Migração Venezuelana Sobrecarrega os Governos da América Latina.** Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/25/internacional/1535150766\\_438375.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/25/internacional/1535150766_438375.html). Acesso em 5 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança.** 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo. Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

G1. **Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos;** somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE. 2018. Disponível em

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2019.

G1. **Com fronteira fechada há 28 dias, Roraima decreta emergência devido à migração venezuelana.** 2019. Disponível em

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/03/21/com-fronteira-fechada-ha-28-dias-roraima-decreta-emergencia-devido-a-migracao-venezuelana.ghtml>. Acesso em 13 ago. 2019.

METRÓPOLES. **Órfãos de terra mãe: a saga das mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-saga-das-mulheres-venezuelanas-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 1 mai. 2019.

POLÊMICA Paraíba. **Veja o perfil dos venezuelanos que vêm à JP e como funciona ONG de acolhimento.** 2018. Disponível em:

<http://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/veja-o-perfil-dos-venezuelanos-que-vem-a-jp-e-como-funciona-ong-de-acolhimento/>. Acesso em: 1 mai. 2019.

UNHCR ACNUR. **Dados sobre refúgio.** 2018. Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 1 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Debates 2: refúgio, migrações e cidadania.** Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Debates 12:** refúgio, migrações e cidadania. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2017.

\_\_\_\_\_. **Refúgio em números.** Ed. 3. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf). Acesso em: 1 mai. 2019.

## Contribuição da Ordem Carmelita Para a Urbanização da Paraíba Entre os Séculos XVI e XVIII

Andrezza Dayane Lopes de Souza<sup>1</sup>  
Anne Camila Cesar Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

A capitania real da Paraíba foi criada para fornecer apoio militar a Pernambuco e Itamaracá e viabilizar a exploração do território norte do Brasil colonial. As ordens religiosas, presentes nas expedições de conquista, foram fundamentais para sua consolidação, nos fazendo pressupor que influenciaram sua conformação urbana. Neste trabalho buscamos compreender como a Ordem Carmelita influenciou a urbanização desta capitania, entre os séculos XVI e XVIII, na qual fundaram uma igreja e um hospício em Lucena-PB, e duas igrejas, convento e casa de oração, em João Pessoa-PB, comparando os processos de urbanização dessas duas localidades. Partindo de uma revisão bibliográfica e baseado na metodologia de Orazem (2015) analisamos o papel da ordem a partir de três escalas: 1) espaço interurbano; 2) espaço intraurbano; 3) edifício. Concluímos que, em João Pessoa a ordem teve influência no desenho urbano da cidade, ocasionando a abertura de vias que se integravam com sua praça e atraindo a implantação de moradias no seu entorno. Em Lucena, não foi encontrado nenhum indício de que sua presença tenha de alguma forma direcionado a urbanização, o que pode ser explicado pelo direcionamento de suas ações para a população indígena e pela escassez de recursos até meados do século XVIII.

**Palavras-chaves:** Período Colonial; Urbanização; Ordens Religiosas; Arquitetura Religiosa.

### ABSTRACT

*Paraíba's royal captaincy was created to provide military support to Pernambuco and Itamaracá and to enable the exploitation of the northern territory of colonial Brazil. The religious orders, present in the conquest expeditions, were fundamental for its consolidation, making us assume that they influenced its urban conformation. In this work we seek to understand how the Carmelite Order influenced the urbanization of this captaincy, between the 16th and 18th centuries, in which they founded a church and a hospice in Lucena-PB, and two churches, convent and prayer house, in João Pessoa-PB, comparing the urbanization processes of these two locations. Based on a bibliographic review and the methodology of Orazem (2015), we analyzed the role of order from three scales: 1) intercity space; 2) intra-urban space; 3) building. We conclude that, in João Pessoa, the order had an influence on the urban design of the city, causing the opening of roads that integrated with its square and attracting the implantation of houses in its surroundings. In Lucena, no evidence was found that his*

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ andrezza.3@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ [annecamila.iesp@gmail.com](mailto:annecamila.iesp@gmail.com)

*presence had somehow directed urbanization, which can be explained by the directing of his actions to the indigenous population and the scarcity of resources until the mid-18th century.*

**Keywords:** Colonial Period; Urbanization; Religious Orders; Religious Architecture.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a necessidade de expandir o domínio português na terra recém invadida, o Brasil; com a necessidade de fornecer apoio militar a duas importantes capitanias já existentes, Pernambuco e Itamaracá, foi criada a capitania real<sup>3</sup> da Paraíba, cuja conquista foi consolidada em 1585 com a edificação de sua primeira cidade nomeada Filipéia de Nossa Senhora das Neves, ‘rebatizada’ como João Pessoa, a partir da década de 1930 (MOURA FILHA, 2004, p.53).

Esta cidade foi implantada em uma planície na margem direita do Rio Sanhauá. Local estratégico, rico em água doce e pedra para cantaria<sup>4</sup>, e adequado também do ponto de vista administrativo e militar (MOURA FILHA, 2004, p. 140).

As ordens religiosas estiveram presentes nas expedições para conquista deste território e foram fundamentais para sua consolidação através da catequese e subjugação do índio (HONOR, 2014). Poucas décadas após sua criação, em 1639, mesmo com tamanho reduzido, a cidade já possuía seis igrejas, sendo quatro delas pertencentes a ordens religiosas: franciscanos, carmelitas, beneditinos e jesuítas (MOURA FILHA, 2004, p. 256).

No presente trabalho buscamos compreender como a Ordem de Nossa Senhora do Carmo influenciou o desenvolvimento urbano da capitania da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII, pertencentes ao período colonial. Neste território fundaram igrejas nos atuais municípios de João Pessoa e Lucena – PB.

A igreja como aglutinadora de recursos, dona de terras e engenhos, no período colonial, em face da pobreza do meio, era o centro da vida social, através da celebração de missas, festas, procissões etc., “[...] provedora dos pobres, órfãos e viúvas, cuidadora dos doentes [...]” (MEDEIROS, 2010, p. 59-66). Em decorrência disto, pressupomos que tiveram influência na conformação urbana da capitania.

---

<sup>3</sup> “[...] Devido à importância estratégica, a Paraíba fora criada como capitania **real**, isto é, diretamente subordinada à Coroa, o que propiciou o emprego de recursos oficiais no empreendimento.” (MELO, 1997, p.28, grifo da autora).

<sup>4</sup> A técnica da cantaria consiste em lavar a rocha em formas geométricas ou figurativas para aplicação em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural. (PEREIRA, F. L.; PEREIRA, C. A.; IMBELLOINI, A. M, 2013, p. 1)

A Ordem do Carmo foi escolhida para tal estudo por possuir duas edificações no estado, uma delas fora do território da capital, sendo possível, assim, desenvolver um comparativo de fenômenos distintos de urbanização, diferenciando-se das demais ordens citadas anteriormente. Além de ser a menos estudada dentre as atuantes no Nordeste, principalmente no aspecto urbano. Os poucos estudos sobre a ordem não são acadêmicos e sim de pesquisadores-religiosos, resultando em lacunas no campo da história da arquitetura e urbanismo. De oito estudos encontrados por Orazem (2015, p. 41-42) sobre a ordem carmelita, nenhum retrata sua presença e atuação no estado da Paraíba. Entretanto devemos ressaltar que entender as relações que envolvem os contextos urbanos, suas causas e consequências, é essencial para estudiosos e projetistas do planejamento urbano, como demonstra Teixeira (2012, p. 9).

A relação com o território, o urbanismo e a arquitetura são componentes fundamentais da cultura de uma sociedade. A compreensão dos processos que deram origem a essas formas de organização espacial e o conhecimento de suas características morfológicas e das práticas sociais e culturais que lhes estão associadas são essenciais para a permanência da memória dessas comunidades. Só o respeito por sua própria cultura urbana, historicamente sedimentada e entendida na dialética entre a identidade global e a especificidade local, pode impedir a descaracterização das cidades e seu desenvolvimento segundo princípios e modelos alheios às culturas locais.

Pelas razões expostas torna-se pertinente o estudo desse fenômeno para ampliar a compreensão que se tem do desenvolvimento urbano do estado da Paraíba e entender os desdobramentos subsequentes.

Para a produção deste trabalho foi necessário consultar fontes bibliográficas diversas a fim de se levantar dados a respeito da criação e desenvolvimento da Paraíba, bem como sobre a história, motivações e ações da ordem carmelita na capitania; discorrer sobre urbanização; e sobre como a presença de suas edificações ordenaram o crescimento da cidade através da visualização e interpretação de mapas históricos. Ou seja, este estudo é fundamentado em uma revisão bibliográfica.

O trabalho foi estruturado em quatro tópicos. O primeiro deles apresenta o conceito de urbanização, para que o leitor compreenda que tipo de processo estamos estudando. A partir do segundo tópico desenvolvemos nosso estudo baseado na metodologia de Orazem que produziu uma análise semelhante, apesar de mais detalhada, sobre a influência dos carmelitas no território da Bahia e Pernambuco, abordando duas das três escalas territoriais propostas por ela: “[...] 1)

território ou espaço interurbano; 2) cidade ou espaço intraurbano [...]” (ORAZEM, 2015, p. 51). Portanto, o segundo aborda a origem da ordem carmelita e história da criação da Capitania Real da Paraíba. No terceiro tem-se o estudo do caminho percorrido pela ordem desde sua chegada até século XVIII, destacando os principais acontecimentos. E por último, o quarto tópico analisa a relação das suas igrejas com o entorno.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a contribuição da Ordem Carmelita para a urbanização do território da capitania da Paraíba entre os séculos XVI e XVIII, para que através da análise dessas relações históricas possamos compreender o produto urbano do estado da Paraíba no século XXI e contribuir para o desenvolvimento de futuros estudos sobre o assunto. E os específicos são:

- Estudar a história da ordem carmelita, suas ações frente à Reforma Protestante e sua chegada à capitania da Paraíba;
- Compreender o contexto histórico da criação da Capitania Real da Paraíba;
- Mapear o caminho percorrido pela ordem neste território;
- Desenvolver a cronologia dos acontecimentos que envolvem a inserção e fixação da ordem no território;
- Investigar a relação das igrejas com o entorno;
- Verificar de que forma a ordem influenciou na conformação urbana da capitania.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **Urbanização**

Sendo o objetivo deste trabalho estudar um fenômeno de urbanização, deve-se estar claro para o leitor o que este autor entende por urbanização, para isso se faz necessário uma revisão de conceitos.

Segundo o dicionário Aurélio urbanização é um “Fenômeno caracterizado pela concentração cada vez mais densa de população em aglomerações de caráter urbano” (FERREIRA, 2010, p. 2118).

Reis Filho (1968, p. 20-21) vai além e afirma que a urbanização é um processo social, resultante das interações humanas, que se manifesta a partir do

surgimento de um mercado urbano e que “[...] atividades religiosas, educacionais, militares, etc., favorecem o aparecimento de um mercado urbano e a instauração, portanto, de um processo de urbanização [...]”. Corroborando com a premissa deste trabalho, de que a ordem carmelita pode ter influenciado a urbanização do estado da Paraíba.

### **Origem da ordem carmelita e sua vinda para a recém-criada Capitania Real da Paraíba**

A origem da ordem remonta ao século XII (ORAZEM, 2015, p. 58) em Israel, mais especificamente no Monte Carmelo, quando ex-cruzados<sup>5</sup> se juntaram a eremitas<sup>6</sup> locais para a fundação do primeiro convento carmelita. Em 1562, por influência da Contrarreforma, passou por uma reestruturação liderada por Santa Tereza de Jesus e São João da Cruz, como vieram a ser chamados depois, que em 1592 culminou na divisão da ordem entre os carmelitas calçados ou antiga observância e descalços ou ‘teresianos’, cuja postura era mais rígida. A carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia Gama, endereçada ao rei D. João V, em 1712, indica que os seguidores da antiga observância foram os primeiros a chegarem na Paraíba (HONOR, 2008, p. 5).

Não é possível conhecer a data exata da chegada da ordem neste território e do início da construção do seu conjunto arquitetônico, mas de acordo com as fontes pesquisadas podemos estimar que tenha acontecido no período compreendido entre o final do século XVI e início do XVII.

Após a invasão do Brasil no início do século XVI, Portugal buscou formas de consolidar sua conquista. Decidiu-se então pela colonização. A colonização por parte da coroa, entretanto, se mostrou ineficaz e onerosa, instituiu-se então o sistema de capitanias hereditárias<sup>7</sup> (FREIRE, 1982, p.12). Entretanto, em alguns

---

<sup>5</sup> Cristãos que integraram as cruzadas realizadas pela Igreja Católica, entre os séculos XI e XIII para libertar Jerusalém do Islamismo (BLAINEY, 2012, p. 143).

<sup>6</sup> Indivíduo que, abandonando a sociedade, se retira para lugar deserto para a prática do ascetismo e da meditação. (FERREIRA, 2010, p. 821)

<sup>7</sup> Freire (1982, p. 13) nos explica que “Esse sistema descentralizava o poder governamental com base na concessão territorial em moldes feudais. E, dentro do sistema de capitanias, cabia ao Rei a cobrança de impostos, o quinto dos metais e os dízimos dos gêneros produzidos na Colônia. Cabia-lhe solver as pendências, julgar em última instância e manter a ordem interna e externa da colônia.”, e Alcântara e Duarte (2001, p. 283) complementam dizendo “[...] O sistema de capitanias transferia à iniciativa privada todos os poderes e responsabilidades para, em nome do rei, desbravar, povoar, defender e administrar a Colônia.”

casos, esse sistema também se mostrou falho pois até o final do século XVI todo território ao norte da Capitania de Itamaracá (onde posteriormente estará inserido o objeto de estudo) não estava consolidado sob o domínio português, permanecendo aberto à exploração comercial por parte dos franceses.

Visando proteger essa e a capitania de Pernambuco e criar pontos de apoio militar para a exploração da porção norte do Brasil a coroa criou a capitania real da Paraíba e o então rei de Portugal, D. Henrique, nomeou Frutuoso Barbosa, um rico comerciante português que residia em Pernambuco, capitão-mor da Paraíba e responsável por sua conquista (MOURA FILHA, 2004, p. 51-52).

Entretanto a associação dos índios pirajibes e potiguaras com os franceses frustrou 4 dessas tentativas, nos anos de 1574, 1579, 1582 e 1584. Somente em 1585 a quinta expedição, liderada pelo ouvidor geral Martim Leitão, que assumiu após os sucessivos fracassos, obteve sucesso.

A consolidação da conquista veio com a edificação de sua primeira cidade, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, implantada em uma planície na margem direita do Rio Sanhauá, cuja criação já havia ocorrido por meio de alvará na metrópole em 1583 (MOURA FILHA, 2004, p. 53).

### **O caminho percorrido pelos carmelitas na Paraíba entre os séculos XVI e XVIII**

Autores como Oliveira (2003, p. 86) e Moura Filha (2004, p. 170), afirmam que os carmelitas ao chegarem na capitania da Paraíba, não se estabeleceram de imediato na cidade de Filipéia, como as demais ordens religiosas. A princípio construíram uma ermida na colina com visão para a foz do rio Paraíba, próximo a uma comunidade indígena, onde iniciaram seus trabalhos de evangelização. Essa edificação deu lugar a Igreja e o Hospício de Nossa Senhora da Guia (ver Figura 1), cuja construção foi iniciada apenas em 1763 (OLIVEIRA, 2003, p. 91) mas nunca foi finalizada. A igreja foi tombada<sup>8</sup> pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1949. O hospício foi demolido no século XIX, após os carmelitas deixarem o local, tendo retornado recentemente.

---

<sup>8</sup> Tombar é aplicação de um tombamento, segundo o IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/>, acesso em 02/2020): O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento é realizado pelo Poder Público, nos níveis federal – de responsabilidade do Iphan, estadual ou municipal e aplica-se, exclusivamente, aos bens de natureza material ou ambiental.

Figura 1 - Igreja de Nossa Senhora da Guia



Fonte: Edgley Delgado, 2019. Disponível em: <<https://www.destinoparaiba.pb.gov.br/ondeir/igreja-de-nossa-senhora-da-guia-em-lucena-guarda-historia-centenaria/>>. Acesso em: 01 out. 2019

Em seguida se deslocaram para a cidade, onde iniciaram a construção do seu conjunto, composto inicialmente pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o Convento. A primeira menção que se tem a ele é em 1609, na carta do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, na qual o descreve com a construção inacabada.

Em 1639 é descrito, no relatório endereçado a West-Indische Compagnie (WIC)<sup>9</sup>, pelo então governador da capitania, já no período da invasão holandesa<sup>10</sup>, Elias Herckmans,

Segue-se o convento dos Carmelitas, cujos frades se têm conservado nele até o presente. O convento não está ainda de todo acabado, porque somente há poucos anos que este lugar é cidade, e em grande parte lhe faltaram os meios. (Herckmans, 1639 p. 65-67 *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 42).

Em 1706 foi fundada a Ordem Terceira do Carmo da Paraíba (ALBUQUERQUE, 2012, p. 26) e entre 1706 e 1722 iniciou-se a construção de sua igreja, anexa à igreja da ordem primeira.

Já em 1763, iniciou-se a restauração da Igreja e do Convento de Nossa Senhora do Carmo, que se encontrava com a estrutura comprometida, na qual foi

<sup>9</sup> Cia. Das Índias Ocidentais. (OLIVEIRA, 2003, p. 46)

<sup>10</sup> Período em que a cidade ficou sob o domínio Holandês entre 1634 e 1654. (MELLO, 2009, p. 162).

empenhado o dinheiro da própria família abastada do Frei Manoel de Santa Tereza, prior<sup>11</sup> da ordem.

As construções e reformas no conjunto da ordem carmelita, composto pelo Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo da ordem primeira (A), Igreja de Santa Tereza D'Ávila da ordem terceira (B) e a Casa de Oração (C), terminaram entre 1777 e 1778 (ver Figuras 2 e 3). Com exceção do convento, que foi demolido no século XIX para abrigar o Palácio do Bispo e reconstruído com características neoclássicas, as demais construções ainda preservam traços do período colonial, que provocaram seu tombamento.

Figura 2 – Antigo local do Convento Carmelita atual Palácio do Bispo da Arquidiocese da Paraíba



Fonte: Fonte: acervo pessoal, 2019

<sup>11</sup> [...] Presbítero encarregue do governo de uma paróquia. Esta designação, que identifica o Pároco de um lugar, está muito difundida em zonas onde o povoamento do território foi incrementado pela acção das Ordens Militares, cujo superior hierárquico tinha este título. (FRANCO, 2010, p. 31)

Figura 3 - Igrejas de Nossa Senhora do Carmo (A) e Santa Tereza (B) e Casa de Oração (C)



Fonte: acervo pessoal, 2019

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi tombada, pelo IPHAEP, apenas em 1998, tardiamente em comparação ao restante do conjunto, pois a igreja da ordem terceira e a casa de oração foram tombadas pelo IPHAN em 1939 e o Palácio do Bispo, que substituiu o convento carmelita, pelo IPHAEP em 1980.

### Relação das igrejas com o entorno

Podemos observar estratégias que foram constantes em povoados portugueses no Brasil. A escolha de sítios elevados como forma de defesa é uma delas, principalmente nas cidades fundadas pela coroa<sup>12</sup>. Em Lucena, a Igreja de Nossa Senhora da Guia, e em João Pessoa, as principais edificações, incluindo o conjunto carmelita, foram implantados no alto de colinas com visão para a foz Rio Paraíba, única porta de entrada para as embarcações neste território, a respeito disso Teixeira (2012, p. 41) fala,

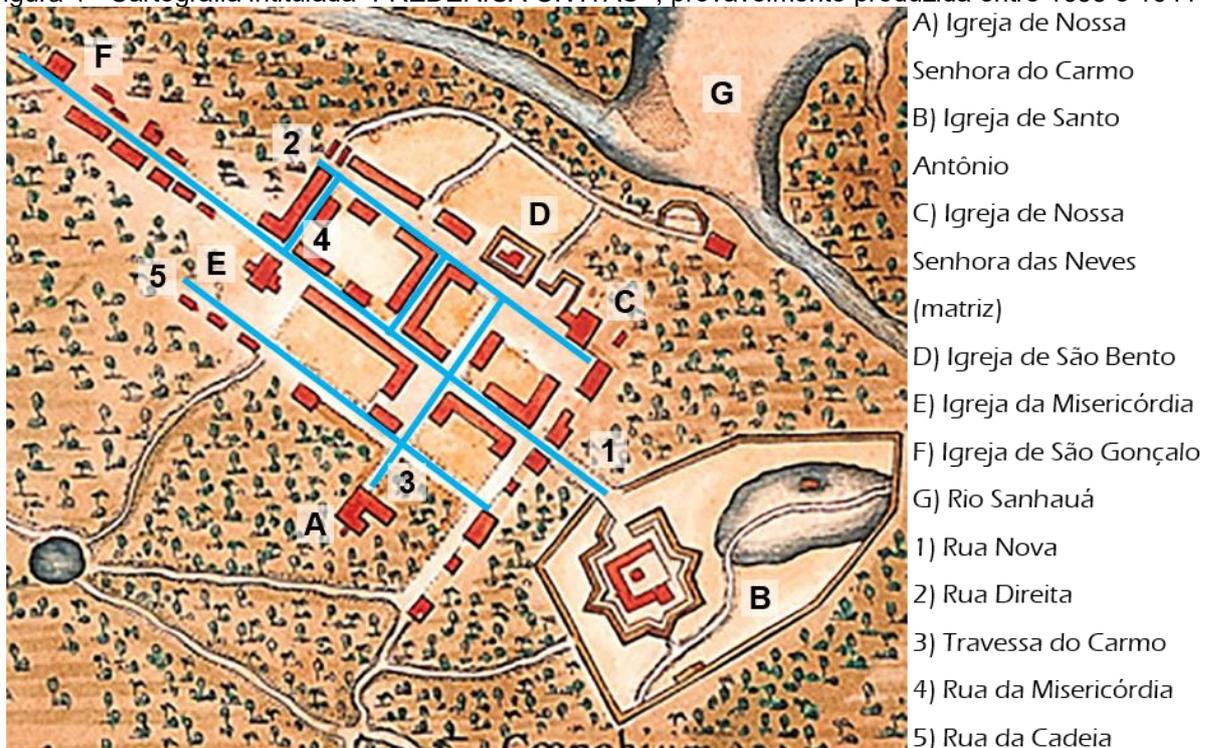
Em muitas cidades de origem portuguesa, as implantações urbanas iniciais eram construídas em lugares elevados, com melhores possibilidades de defesa e, a partir dos quais era possível controlar o território em volta. Os principais edifícios da cidade – as estruturas religiosas, políticas e militares – implantavam-se em locais dominantes, pontuando as cotas mais altas, tornando-se polo de crescimento urbano.

<sup>12</sup> Nas capitanias reais o papel de fundar cidades era da coroa, enquanto nas capitanias hereditárias era do donatário.

A implantação dos principais edifícios em locais elevados e em pontos fulcrais, além colaborar com a defesa também determina a hierarquia dos espaços urbanos e, como consequência, orienta seu desenho.

Podemos ver na Figura 4 uma cartografia produzida no período de dominação holandesa, que as primeiras ruas da cidade de Filipéia coincidem com a localização dos edifícios religiosos, mencionadas anteriormente.

Figura 4 - Cartografia intitulada "FREDERICA CIVITAS", provavelmente produzida entre 1635 e 1644



Fonte: BARLEUS, 1647 apud REIS FILHO, 2011, editado pela autora em 2019

Para Sousa e Nogueira (2008, p. 2), o traçado de João Pessoa combina “ [...] (a) o bairro quadriculado de Salvador que envolve o Terreiro de Jesus, (b) o núcleo inicial de Olinda, traça irregular, acomodada à topografia, e (c) as prescrições da legislação urbanística espanhola”.

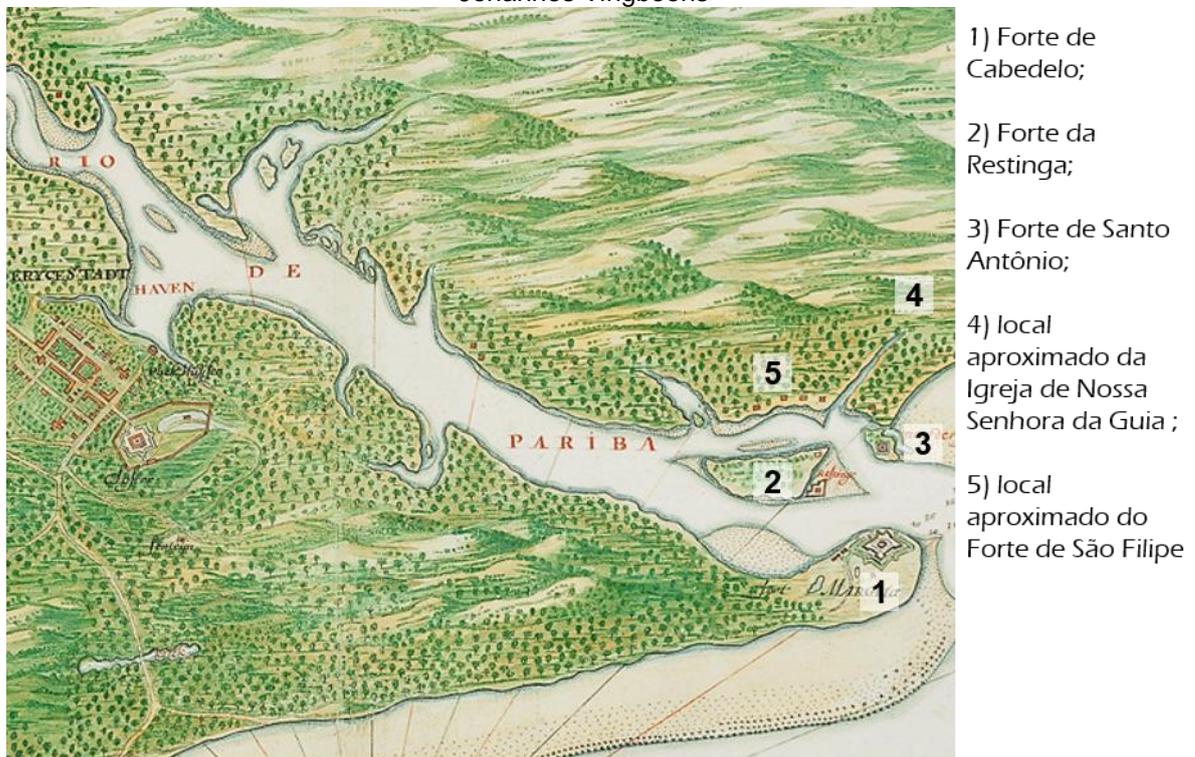
Segundo os mesmos autores, as ruas de 1 a 4, destacadas na Figura 4, estavam claramente contempladas pelo plano urbanístico de Martim Leitão<sup>13</sup> para a cidade, dada sua ortogonalidade e o fato de começarem a ser abertas logo em 1586, um ano após a criação da cidade. A respeito da rua 5, ele levanta dúvidas quanto estar contida ou não no plano, pois ela não foi construída de imediato como as demais, no entanto segue a mesma lógica ortogonal.

<sup>13</sup> Ouvidor-geral e fundador da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

Se ela não estava contida nos planos e surgiu de forma espontânea, gerada pela necessidade da população, certamente a implantação da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Casa de Câmara e Cadeia nesta rua, foram determinantes para originar essa demanda.

Ainda na Figura 4 podemos observar que as primeiras casas se concentraram próximas as igrejas. Sendo a ordem carmelita a última das quatro a se instalar na cidade e sua implantação estando mais interiorizada, ou seja, mais distante do rio, centro da atividade econômica, no período em que foi produzido essa cartografia, a concentração de casas no seu entorno era menor que no entorno das demais igrejas.

Figura 5 - Cartografia intitulada "FREDERYCE STADT", produzida aproximadamente em 1640 por Johannes Vingboons



Fonte: VINGBOONS *apud* REIS FILHO, 2011, editado pela autora em 2019

Partindo para a análise da relação da Igreja da Guia com o entorno, na Figura 5 podemos depreender que no século XVII praticamente não havia urbanização na margem esquerda do rio, existiam apenas algumas construções, provavelmente as casas dos soldados que guarneciam os fortes. Sobre o início da ocupação do lugar Fernandes (2006, p. 66-67) fala:

[...] o povoamento do município se deu primeiramente, na planície, com a chegada dos colonos e depois nos tabuleiros, devido à disponibilidade de terreno para a prática da agricultura.

Já na planície costeira, haja vista, a proximidade com o mar, a atividade pesqueira desenvolvida pela população local foi o fato que mais contribuiu para a formação do povoado do litoral que, juntamente com a agricultura e o pequeno comércio local, começou-se a dirigir o plano de arruamento, dando-lhe a proeminência da zona central, ditando a direção do plano urbano que se esboçava de acordo com o caminho por onde morava e ou circulava os pescadores e agricultores.

Sabemos que o trabalho na ermida de Nossa Senhora da Guia era de catequização dos indígenas que vivam no local onde foi implantada, diferente do trabalho desenvolvido pela ordem na cidade de Filipéia, focado na orientação dos fiéis. E que ela só recebeu maior apoio da ordem na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos holandeses, quando então iniciaram a construção da igreja e do hospício para substituir a modesta ermida.

Sendo assim, ela não foi um fator aglomerante para os primeiros habitantes do local, pois não era um instrumento que lhes servia, além de não estar localizada em uma área favorável a eles, devido a presença dos índios e a distância do mar. No Mapa 1, no qual delimitamos a área urbanizada de acordo com o que pode ser observado na imagem de satélite, vê-se como a presença da igreja teve pouca relação com desenvolvimento da cidade, evidenciada pela distância física e pela falta de acesso direto à faixa litorânea, área urbanamente mais desenvolvida.

Mapa 1 - Localização da Igreja de Nossa Senhora da Guia em relação a área urbanizada da cidade de Lucena –PB



Fonte: GOOGLE, editado pela autora em 2019

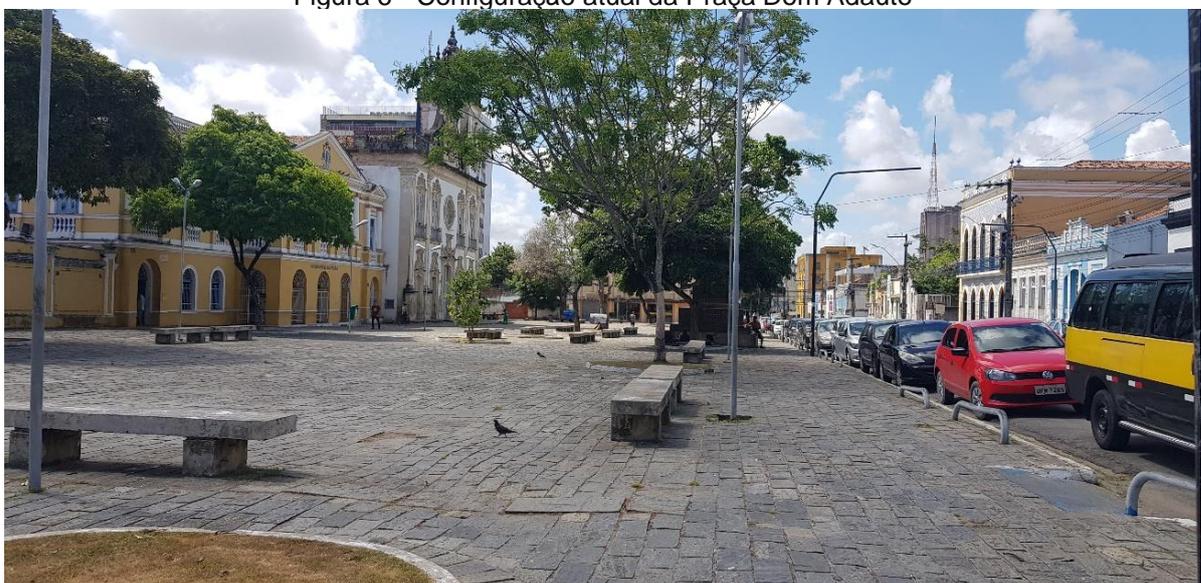
Comumente, nesse período, edificações religiosas estavam vinculadas a áreas de uso comum, genericamente denominadas de praças, que desempenharam papel importante no ordenamento das cidades coloniais, sendo o palco dos acontecimentos sociais da época e contribuindo para divulgação dos ideais transmitidos pela estética barroca.

Segundo Barbosa Filho e Viero (2009, p. 1) o conceito de praça pode ser definido como “qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários”. Para Teixeira (2012, p. 99), no contexto colonial, elas são elementos importantes do ordenamento de sítio urbanos.

Em cidades coloniais portuguesas foi reproduzida a multiplicidade de praças, a exemplo do que acontecia na metrópole. Nesse contexto Teixeira (2012, p. 59) nos explica que a praça pode dar origem a um povoamento ou ser produto de um. Em ambos os casos sua presença está diretamente ligada à existência de edificações importantes, sejam institucionais ou religiosas.

A associação das praças com esses prédios tinha a função não só de funcionar como equipamento para as pessoas que os utilizavam, mas também para destacar sua estética oferecendo bons ângulos de visão ao observador, essencial para os objetivos do barroco, de atrair fiéis com o auxílio da arquitetura rebuscada e imponente de suas edificações. Atualmente o conjunto arquitetônico carmelita tem a praça Dom Adauto a sua frente, cuja configuração atual pode ser vista na Figura 6.

Figura 6 - Configuração atual da Praça Dom Adauto

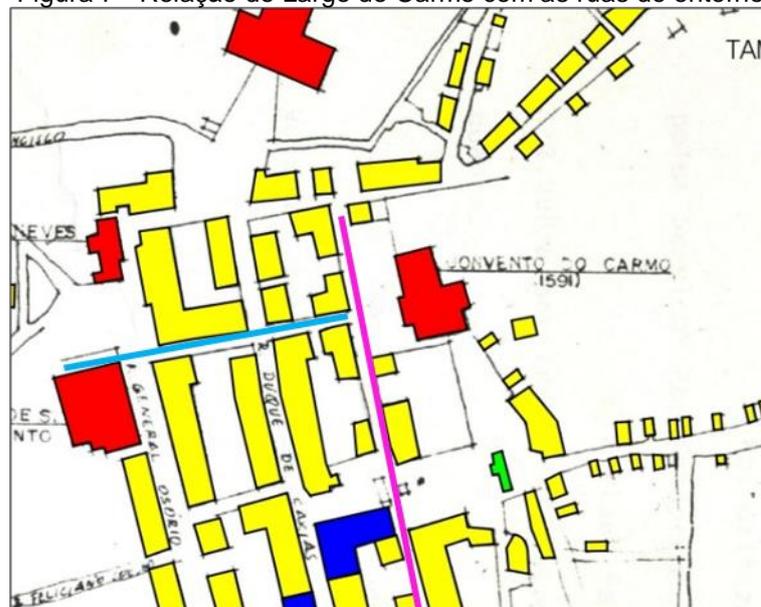


Fonte: acervo pessoal, 2019

Ao retomarmos a Figura 4, perceberemos que os carmelitas não implantaram sua edificação no alinhamento da rua, e sim recuada. Sabendo que nas cidades portuguesas era comum a associação entre edificações religiosas e praças e que a Igreja de Santo Antônio da ordem franciscana e seu largo já existiam nesse período, deduzimos, então, que ao iniciar a construção do seu conjunto, os carmelitas já previram a construção de uma praça, que passou por diversas transformações ao longo dos anos.

Podemos observar na Figura 7, que é representada a delimitação entre as quadras e a rua, o que não acontece com a praça Dom Adauto e as ruas que convergiam até ela, a travessa do Carmo (em azul) e a rua da Cadeia (em rosa), nos levando a supor que não havia tal separação, que eles se integravam, fazendo com que se parecesse ser não um novo local mas um alargamento natural das vias o que nos permite caracterizá-la como um largo<sup>14</sup>.

Figura 7 - Relação do Largo do Carmo com as ruas do entorno



Fonte: Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 1998. Disponível em: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

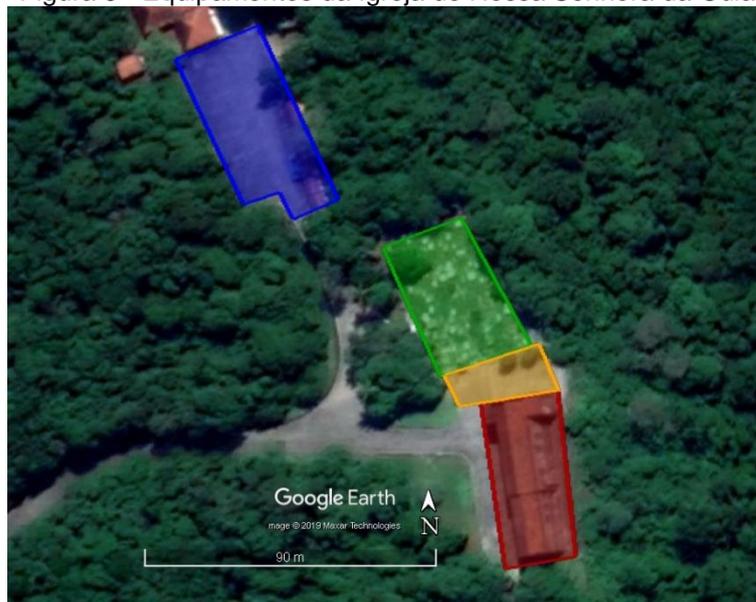
Uma característica que diferencia a urbanização da cidade de Lucena –PB da maioria das cidades coloniais portuguesas é a ausência de praças e igrejas no início do processo.

<sup>14</sup> É o “alargamento de uma rua” em frente a uma igreja ou edifício público. (Teixeira, 2009 apud ORAZEM, 2015, p. 197)

No início da povoação a população de colonizadores residentes no local não recebeu tanta atenção das ordens religiosas quanto a cidade de Filipéia, pois a única ordem a se instalar no local, carmelita, objetivava a catequização do gentio, e a cidade se desenvolveu então de maneira independente da edificação religiosa.

A Igreja de Nossa Senhora da Guia conta atualmente com equipamentos externos a ela, um adro, um cemitério em frente ao adro e uma praça, que na Figura 8 estão destacados nas cores amarelo, verde, azul respectivamente. E na Figura 9 pode ser visto a situação atual da praça, que atualmente funciona como local de estacionamento e ponto de venda de acessórios religiosos nos dias de missa.

Figura 8 - Equipamentos da Igreja de Nossa Senhora da Guia



Fonte: GOOGLE, editado pela autora em 2019

Figura 9 - Situação atual da praça da Igreja da Guia



Fonte: acervo pessoal, 2019

Não foram encontradas informações se esses equipamentos foram construídos no período estudado, por isso iremos fazer mais suposições. Cientes da relação direta entre a praça e as edificações religiosas no período colonial, é plausível imaginar que nesse período já existissem tais equipamentos. Entretanto, sabendo que a construção da igreja que substituiu a modesta ermida, que existia no local, só foi iniciada em 1763, propiciada por uma melhor estruturação da ordem, é pouco provável que sua construção tenha ocorrido antes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ordem de Nossa Senhora do Carmo, cuja origem remonta ao século XII no Monte Carmelo, em Israel, esteve presente no processo de colonização do Brasil. E após a criação da Capitania Real da Paraíba, tratou logo de enviar representantes para expandir a ordem no local. Após diversas tentativas fracassadas, em 1585, enfim, o território foi conquistado e poucos anos depois a ordem pode se estabelecer na região, fixando-se nas cidades de Lucena e João Pessoa, esta última na época foi nomeada Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

A falta de estudos sobre a ordem carmelita na Paraíba, e a importância do entendimento da particularidade local, alcançada através do estudo do processo de origem da cidade, para evitar que projetistas urbanos concebiam projetos “ [...] alheios às culturas locais. ” (TEIXEIRA, 2012, p. 9), provocou a realização desse estudo.

Através dessa pesquisa, concluiu-se que, em João Pessoa a presença da ordem carmelita foi um fator aglomerante, se fazendo perceber pelo arruamento que se desenhou no seu entorno. Mas não tão impactante, no período delimitado, quanto a ordem franciscana e a igreja matriz, mais antigas e que receberam maior apoio da Coroa.

Sua praça contribuiu para torná-lo um fator aglomerante, pois servia a população como palco para as interações sociais, estando integrado de forma quase natural às vias convergentes, além de ajudar a disseminar a mensagem simbólica do barroco, que buscava atrair os fiéis com a estética de suas edificações, criando efeitos perspectivistas que valorizavam essa estética.

Na Guia, de acordo com o que foi deduzido, o direcionamento de suas ações para atender os povos indígenas a distanciou da população de colonizadores que de

desenvolvia na faixa litorânea, fazendo com que a cidade aparentemente se desenvolvesse sem a influência de sua praça.

Portanto, finalizamos esse estudo tendo alcançado os objetivos traçados e esperando contribuir para o desenvolvimento de estudos futuros sobre a urbanização do estado da Paraíba e sobre a Ordem de Nossa Senhora do Carmo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **Complexo Arquitetônico Carmelita da Paraíba: arte sacra nas igrejas do Carmo e Santa Tereza**. João Pessoa: Universitária, 2012. 254 p.

ALCÂNTARA, Dora; DUARTE, Cristóvão. **O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino**. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 283-298, 2011.

BARBOSA FILHO, Luiz Carlos; VIERO, Verônica Crestani. Praças Públicas: origem, conceitos e funções. **Jornada de Pesquisa e Extensão 2009**, Santa Maria, p. 1-3, 2009. Disponível em:

[https://www.academia.edu/15176779/PRAÇAS\\_PÚBLICAS\\_ORIGEM\\_CONCEITOS\\_E\\_FUNÇÕES](https://www.academia.edu/15176779/PRAÇAS_PÚBLICAS_ORIGEM_CONCEITOS_E_FUNÇÕES). Acesso em: 14 nov. 2019.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Cristianismo**. São Paulo: Fundamento Educacional Ltda, 2012. 335 p.

FERNANDES, Luis Jorge Monteiro. **Análise das Transformações Sociais e Ambientais em um Processo de Ocupação Litorânea: O caso do Município de Lucena/PB**. 2006. 168 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4510/1/parte1.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.

FRANCO, José Eduardo (coord.). **Glossário De Cultura Católica – Termos ou Conceitos**, Lisboa, 2010. 42 p. ISBN: 978-972-8881-80-1. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernoscienciadasreligioes/article/view/3986>. Acesso em: 01 set. 2019

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba**. 4. ed. João Pessoa: A União, 1982. 248 p.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. Versão 7.3.2.5776. 2019. Software para Windows 7 ou versão posterior.

HONOR, André Cabral. O Envio dos Carmelitas à América Portuguesa em 1580: a carta de Frei João Cayado como diretriz de atuação. **Tempo**, v. 20, p. 1-19, 2014.

Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt\\_1980-542X-tem-2014203620.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v20/pt_1980-542X-tem-2014203620.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Do monte Carmo a Parahyba: a presença da cultura carmelita em João Pessoa. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades**, Rio de Janeiro, p. 1-9, 2008. Disponível em: <http://twixar.me/9ZwK>. Acesso em: 13 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Igreja, Estado e Símbolos: a apoteose barroca no conjunto carmelita da cidade de João Pessoa. **XXIV Simpósio Nacional De História**, São Leopoldo, p. 1-9, 15-20 jul. 2007. Disponível em: <http://twixar.me/wcV1>. Acesso em: 01 set. 2019.

MEDEIROS, A. P. G.. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Urutagua: acadêmica multidisciplinar** – DCS/UEM, Maringá, n. 21, p. 57-71, mai./ago. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/8704/5628>. Acesso em: 05 fev. 2019.

MELO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. 5. ed. João Pessoa: Universitária, 1997. 279 p.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. **ARS**. São Paulo, v. 7, n. 13, p. 160-171, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ars/v7n13/arsv7n13a11.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil séculos XVI e XVIII**. 2004. 464 f. Tese (Doutorado) - Curso de História da Arte, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Universidade do Porto, Porto, 2004. Disponível em: <http://twixar.me/33fn>. Acesso em: 28 fev. 2019.

OLIVEIRA, Carla Mary S.. **O Barroco na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 2003. 128 p.

ORAZEM, Roberta. **Arquitetura, Cidade e Território no Brasil Colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580-1800)**. 2015. 407 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20756>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PARAÍBA. Destino Paraíba. Empresa Paraibana de Turismo S/A-PBTUR. **Igreja De Nossa Senhora da Guia, em Lucena, Guarda História Centenária**. 2019. Disponível em: <https://www.destinoparaiba.pb.gov.br/ondeir/igreja-de-nossa-senhora-da-guia-em-lucena-guarda-historia-centenaria/>. Acesso em: 01 out. 2019.

PEREIRA, F. L.; PEREIRA, C. A.; IMBELLOINI, A. M. Projeto Cantaria: extensão universitária e a formação docente no viés da educação patrimonial. **Congresso Universidad**, v. 2, p. 01-07, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/8789>. Acesso em: 21 set. 2019. ISSN 2306918X.

PRPDA. **Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**. 1998. Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto de Cooperação Ibero-americano: Comissão Nacional do V Centenário Espanha. Disponível em: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968. 235 p.

\_\_\_\_\_. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2011. 414 p. ISBN 85-314-0549-1.

SOUSA, Alberto; NOGUEIRA, Helena de Cássia. O plano de implantação da cidade da Parahyba (1585) – Parte II. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 095.03, abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/149>. Acesso em: 31 out. 2019.

TEIXEIRA, Manuel C.. **A Forma da Cidade de Origem Portuguesa**. São Paulo: Unesp, 2012. 208 p.

## DIMENSÕES URBANAS DA PRAÇA GETÚLIO VARGAS NA CIDADE DE CABEDELLO - PB

Elizonete Lourenço de Souza<sup>1</sup>  
Sidney Pereira dos Santos Junior<sup>2</sup>

### RESUMO

O convívio social é indispensável para a vida em sociedade. As praças são criadas para desenvolver esse contexto abrigando atividades que promovem trocas de experiências entre as pessoas. A praça Getúlio Vargas, localizada no centro da cidade de Cabedelo, foi escolhida para o estudo pois possui importantes usos em seu entorno. Embora existam contextos que ressaltem o esvaziamento das praças e a sua ineficiência no quesito físico e social, questiona-se: A praça Getúlio Vargas oferece oportunidades para o contato entre os usuários e mostra-se pertinente ao programa aplicado às praças públicas? O estudo das dimensões espacial, temporal e social permite a análise do local, criando variáveis, visando a leitura do lugar, respondendo a objetivos específicos como o estudo da morfologia, de apropriação do espaço e relações de vida urbana, observadas através da metodologia de Gehl e Svarre (2018). As informações colhidas serão mapeadas buscando interpretar a realidade local e correlacionar dados para analisar o objeto do estudo. A intenção básica da pesquisa é demonstrar como uma praça em uso pode restringir o convívio social devido ausência de conectividade entre usuário/entorno, tornando-se um espaço antissocial, o que não é observado na praça do estudo, pois seu entorno promove possibilidades de interação entre as pessoas.

**Palavras-chaves:** convívio social; espaço público; praças; morfologia urbana.

### ABSTRACT

*Social interaction is indispensable for life in society. Squares are created to develop this context by opening activities that promote exchanges of experiences between people. The Getúlio Vargas square, located in the center of the city of Cabedelo, was chosen for the study because it has important uses in its surroundings. Although there are contexts that highlight the emptying of squares and their inefficiency in physical and social, questions: Does Praça Getúlio Vargas offer opportunities for contact between users and is relevant to the program used by public squares? The study of spatial, temporal and social dimensions allows a local analysis, creating variables, monitoring a location, responding to specific objectives such as the study of morphology, the appropriation of space and the relationships of urban life, observed from the Gehl and Svarre (2018). The information collected will be mapped in order to interpret the local reality and correlated data for analysis or object of study. The basic intention of the research is to demonstrate how a square in use can restrict social coexistence, due to the loss of connectivity between the user / environment, appear to be an antisocial space, or that is not observed in the study square, as its surroundings promote the interaction between people.*

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

**Keywords:** *social life; public place; squares; morphology urban.*

## 1 INTRODUÇÃO

Casule (2017) afirma que a sociabilidade integra o ser humano do começo ao final de sua vida e que a relação mútua entre as pessoas mostra-se como uma necessidade que favorece o bem-estar físico e psicológico. O convívio social é integrado ao programa das praças públicas, que são destinadas para promoção de atividades e trocas de experiências entre os usuários.

Conforme Pacheco (2017) é nas praças que as trocas e relações humanas são manifestadas, como também a diversidade do uso e vocação do lugar, sendo capazes de abrigar também conflitos e contradições que a sociedade possui. Todavia podem acontecer o oposto, o autor Alex (2011, p.10) afirma que existe possibilidade do funcionamento das praças apresentar-se como uma barreira para passagem/travessia e conseqüentemente fazendo os usuários evitarem o uso do local.

Buscando entender o provável esvaziamento das praças, Macedo (2012) volta-se para o contexto sociocultural do país, onde a praça atual difere de praças antigas, deixando de ser atrativa devido aos hábitos dos usuários, fazendo a praça cair em desuso. Tal ineficiência pode ser relacionada com os estudos de Gomes (2007, p.117), que atribui à uma consequência do distanciamento da comunidade. Por outro lado Gehl (2015, p.03), ressalta que as praças necessitam dispor de uma estrutura que promova funcionalidade e se conecte ao entorno de modo que resgate o sentido social e de vivência. A partir das problemáticas mencionadas acima, questiona-se: a praça objeto do presente estudo oferece oportunidades para o convívio social e mostra-se pertinente ao programas adotadas para as praças públicas?

A praça Getúlio Vargas, localizada na cidade de Cabedelo, Paraíba, foi escolhida para ser o objeto do estudo pois está situada no centro da cidade e possui multiplicidade de usos que compõe seu entorno, que será analisado em um raio de 250 metros. A análise abrange uma leitura das dimensões espacial, social e temporal, considerando o entorno e acessibilidade ao local, visando o incentivo e a permanência da vivacidade do espaço. Os objetivos compreendem o estudo da morfologia, que caracteriza a dimensão espacial da praça e entorno, na qual será feita uma leitura dos elementos morfológicos, propostos pelo autor Lamas (2017).

Para a análise das dimensões temporal e social da praça e entorno será utilizada a metodologia proposta por Gehl e Svarre (2018), que compreende uma leitura do espaço através de métodos de observação.

Figura 01: Vista aérea da praça Getúlio Vargas, em Cabedelo. 2019.



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Também faz parte do objetivo do estudo, a relação do espaço na qualidade da vida urbana, bem como um mapeamento de informações que serão obtidas através do levantamento e aplicação dos métodos/procedimentos metodológicos, visando interpretar a realidade que ocorre entre vida e espaço. Por fim, busca-se correlacionar dados para realização de análise do objeto de estudo, a praça Getúlio Vargas.

A dimensão espacial caracteriza a morfologia urbana, na qual Lamas (2017) aplica a noção de forma de diversas grandezas e complexidades. O autor também estuda a identificação dos elementos morfológicos do espaço urbano, que são o solo, o edifício, a fachada, o logradouro, o lote, o quarteirão, o traçado, a praça, o mobiliário, a vegetação e o monumento.

As dimensões temporal e social caracterizam os estudos de vida e espaço, no qual os autores Gehl e Svarre (2018), afirmam que tais estudos devem ser feitos em um tempo favorável para as melhores condições de vida ao ar livre, enfatizando a permanência de pessoas, que pode ser intensificada se o local apresentar boas

condições físicas e de clima. A primeira ferramenta propostas pelos autores que compõe o presente estudo é a observação do tipo contagem, que é básica para os estudos de vida na cidade, contabilizando informações de número de indivíduos, gênero, quantos socializam, quantos andam sozinhos ou em grupos, etc.

A segunda ferramenta de observação que será utilizada é o mapeamento, que permitirá através de simbologia adotada, delimitar as atividades comportamentais (quadro 01) das pessoas que estão presentes na praça Getúlio Vargas e suas adjacências. Gehl e Svarre (2018, p. 26), atribuem ao mapeamento a indicação da frequência da permanência de pessoas no local, bem como suas localizações, como estão (em pé ou sentadas) e o que estão fazendo no momento. Esta ferramenta propicia uma imagem mais clara do padrão geral das atividades realizadas no local, que podem ser classificadas em atividades necessárias (deslocamento necessário para atividades rotineiras), opcionais (opções particulares de cada indivíduo) e sociais (práticas e interações entre pessoas).

Quadro 01: Categorias de atividades realizadas nos espaços públicos.

<b>ESPAÇO PÚBLICO – TIPO DE ATIVIDADE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Atividades Necessárias</b>	-Diretamente relacionadas ao ato de caminhar e ao deslocamento das pessoas para realizar suas necessidades. Atividades rotineiras do cotidiano da vida urbana. A condição do espaço não influencia, pois é utilizado como meio de ligação, como uma rota de pontos a transitar.
<b>Atividades Opcionais</b>	-Relacionadas às opções particulares de cada indivíduo, desejo de frequentar o espaço para fins pessoais (lazer, ócio), incluindo a maioria das atividades recreativas ao ar livre. As condições do espaço e suas características devem ser atrativas e favoráveis.
<b>Atividades Sociais</b>	-Se referem às práticas sociais que podem ser desenvolvidas em um espaço público, dependem da presença e interação das pessoas no lugar. São chamadas de atividades resultantes ou consequentes, pois envolvem as outras categorias. Engloba várias ações da sociabilidade.

Fonte: Gehl, 2015.

A terceira ferramenta de observação adotada para o registro de pessoas na praça é a observação do tipo traçado, onde os autores supracitados (2018, p.28) afirmam que é possível obter informações básicas sobre padrões de deslocamento e

conhecimento concreto sobre a movimentação em um local específico através desta ferramenta, caracterizada pela marcação de linhas de movimentação dos indivíduos.

A quarta e última ferramenta que contribuirá para o campo de estudo são as fotografias, utilizadas como captação da vida na cidade e dos espaços, ilustrando situações, mostrando interação ou a falta dela, entre a forma urbana e a vida. Gehl e Svarre (2018, p. 31) ressaltam que as fotografias dão vigor aos dados, descobrindo novas conexões e detalhando situações urbanas complexas.

Os dias da semana que as ferramentas de observação serão aplicadas compreendem uma quarta-feira, uma quinta-feira e uma sexta-feira (semana) e um sábado e um domingo (final de semana), nos horários de 6h, 12h, 18h e 20h para cada dia, em um tempo de 10 minutos.

Todas estas ferramentas escolhidas para o estudo das dimensões da praça Getúlio Vargas e entorno, proporcionam maior precisão à investigação, pois permitem várias opções de análises e interpretações. É necessário considerar o propósito e oportunidade, que é a sistematização e o registro de observações diretas e interações no local, gerando resultados que permitem a aquisição de informações que podem contribuir para a tomada de decisões, visando melhorias físicas e no âmbito social do espaço estudado.

### **A praça como espaço público**

Robba e Macedo (2010) ao estudar a origem das praças, ressaltaram a Ágora de Atenas, na Grécia, que se tratava de um espaço público aberto, delimitado por um mercado, onde era possível à prática da democracia direta, fazendo do local um palco de debate de discussão entre os cidadãos. Essas características fizeram da Ágora de Atenas, a precursora das praças.

Comumente os conceitos de praça estão sempre ligados à socialização e encontros de indivíduos, que segundo Denardin e Silva (2010, p.86), desfrutam de opções de lazer urbano e recreação para comunidade. É a partir desse contexto que a importância da forma do lugar é configurada, Gehl (2015, p.20) afirma que deve existir um “convite” do local para o usuário e que o mesmo deve se sentir atraído.

As formas diversificadas que o espaço público pode assumir conforme Alex (2011, p.19) podem compreender desde uma simples calçada até uma paisagem

vista pela janela, os atributos que um espaço livre possui, seja ele qual for, mantém relação com a vida pública.

### ***A praça enquanto elemento da paisagem urbana***

Lynch (1982, p.57) afirma que uma observação local não se limita apenas a elementos físicos perceptíveis, existem outros fatores que influenciam a imagem urbana, tais como o significado social que ela produz, sua funcionalidade, sua história e até mesmo seu nome. A praça está inserida como um elemento de ligação, que pode possuir qualidades direcionais, onde as pessoas se sentirão orientadas.

Lynch(1982, p.58) ao mencionar a linearidade ou referências secundárias que uma praça pode ter no sentido de organização, relaciona-se com o que Gehl (2015,p.38) ressalta em seus estudos, que elenca ruas e caminhos como espaços para movimentação, cuja forma está diretamente relacionanda com o movimento linear da caminhada e que as praças em sua forma espacial podem igualmente estar relacionadas ao olhar e sua potencial percepção de eventos. Enquanto a rua sinaliza movimento, a praça sinaliza permanência.

### ***Evolução da praça no Brasil***

No Brasil é possível observar que a praça evoluiu em suas funções desde o período colonial até o contemporâneo, onde houve uma adoção de vários usos diferenciados adaptados as necessidades dos usuários, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 01: Conceito de praças (alguns autores)

AUTOR	CONCEITO
<b>Alex (2011, p.23)</b>	“Não se trata somente de um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano.”
<b>Lamas (2017, p. 102)</b>	“É uma ênfase do desenho urbano como espaço coletivo, com um importante significado.”
<b>Robba e Macedo (2010, p. 37)</b>	“A integração dos moradores nas áreas livres (praças) faz com que o local seja valorizado.”
<b>Gomes (2007, p.02)</b>	“Desde os seus primórdios, é um referencial urbano marcado pela convivência humana.”
<b>Santos (1997, p.103)</b>	“Espaço uno e múltiplo, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria.”
<b>De Angelis et al (2005, p. 02)</b>	“Locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos e onde se desenvolvem atividades de entretenimento.”

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Mesmo no decorrer da evolução das praças, a intenção de promover mais pessoas no espaço, do convívio social e movimentação do lugar sempre foram presentes, porém, para estudar minuciosamente é necessário um estudo que envolva várias dimensões. Uma análise local que envolva o entedimento do que ocorre nas praças, seus usos e os itens que auxiliam na promoção do convívio social e na vitalidade urbana será necessário realizar uma leitura do lugar nas dimensões espacial, temporal e social.

## **Dimensões urbanas da Praça Getúlio Vargas**

### ***Dimensão espacial***

Trata-se da morfologia urbana de um local, ou seja sua forma. Lamas (2017, p.73), compreende as formas do meio urbano nos seus elementos morfológicos e na sua produção e transformação ocasionada pelo tempo com o intuito de entender um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído.

Os elementos morfológicos aplicados ao espaço urbano que Lamas (2017, p.73) elenca são o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/rua, a praça, o monumento, árvore/vegetação e por último o mobiliário urbano.

O solo da praça e entorno possui usos variados nos edifícios que o compõe, no qual variam desde residencial, comercial e serviços, institucional, industrial, misto, lotes vazios e indefinidos, sendo possível observar que existe uma predominância de 57% do uso residencial. O uso comercial é bem presente no entorno da praça, representando um percentual de 30% do uso do solo, notavelmente existem estabelecimentos maiores com o mercado de Cabedelo, o que proporciona movimentação do lugar.

O porto de Cabedelo abriga atividades relacionadas à indústria, tendo portanto seu uso industrial ocupando uma porção do espaço. Há também edificações de uso institucional como creches, escolas, igrejas, etc.

Os edifícios conforme Lamas (2017, p.84), são elementos que constituem e organizam o espaço urbano, organizando-o e identificando-o em suas formas próprias e distintas. Existe uma predominância de edificações térreas nas adjacências(250m) da praça Getúlio Vargas, representando um percentual de 68% do local. As edificações que possuem térreo mais um pavimento em sua maioria são

destinadas ao uso comercial e as que possuem mais de dois pavimento correspondem ao porto de cabedelo, de uso industrial.

O lote também é um elemento morfológico que é essencial na relação dos edifícios com o terreno, onde Lamas (2017, p.86) afirma que não pode haver um desligamento do edifício no lote e nem na superfície que ele ocupa e que sua forma estabelece condições para a forma da cidade.

O quarteirão conforme o autor supracitado (2017, p.88), em sua definição mostra-se como um conjunto de edifícios que se agrupam entre si em forma de sistema fechado e separado dos demais. É uma organização hierárquica do espaço urbano.

A fachada é constituinte de cada edifício e funciona estabelecendo uma comunicação com o espaço urbano. Lamas (2017, p.94) diz que as fachadas moldam a imagem da cidade, definindo o cenário. Já o logradouro constitui o espaço privado do lote que não é ocupado por construção, como as traseiras, que em tempos remotos suas utilizações compreendiam hortas, quintais, oficinas, garagens e anexos. O entorno proposto pela análise apresenta alguns espaços privados não construídos.

O elemento morfológico rua é o mais obviamente identificado, tanto na forma da cidade quanto no jeito de projetá-la. Lamas (2017, p.100) a define como a ligação que conecta espaços e partes da cidade. O traçado cria uma relação de permanência, não modificável totalmente, lhe permitindo uma certa resistência às transformações que ocorrem na cidade.

A praça, objeto do estudo, conforme o autor (2017, p.100), é uma pressuposição de um desenho de uma forma e de um programa. Trata-se de um elemento morfológico das cidades ocidentais que se distingue de outros espaços, são resultantes de alargamentos acidentais. Um fator importante a destacar é que a praça possui uma organização intencional de desenho que está ligada à sua composição juntamente com outros elementos morfológicos do tipo edifícios, que vão caracterizá-la. Sua geometria varia de quadrados a triângulos, passando por círculos, semicírculos, elipses, etc. A praça Getúlio Vargas possui um traçado geométrico retangular que ligam eixos paralelos e perpendiculares.

O monumento, porém é definido por Lamas (2017, p.104), como peça individual, arquitetônica e escultórica, com posicionamento destacado e gerador da forma urbana, contendo significado histórico e cultural para a sociedade local. Na

praça do estudo e no entorno é possível observar monumentos históricos que a compõe: fonte, estátua, mural da transamazônica, marco zero, igreja matriz, fortaleza de Santa Catarina, dentre outros.

Ao falar dos espaços verdes, as árvores e vegetação, o autor (2017, p.106) classifica como uma caracterização da imagem da cidade, verdadeiros elementos de composição que servem para organizar, definir e conter os espaços. Além de qualificar a cidade e controlar o clima. Existem poucas vegetações limitadas ao recorte da praça e entorno, porém existem lotes que possui o recuo de fundo com área arborizada.

Por fim, existe o mobiliário urbano que Lamas (2017, p.108) o caracteriza como um elemento morfológico não fixo, solto no espaço urbano e que depende de outros elementos para possuir um sentido de localização e compõem a cidade em forma de bancos, chafarizes, quiosques, cestos de lixo, etc. A praça Getúlio Vargas possui em seu mobiliário 20 (vinte) bancos distribuídos em toda a sua extensão, além de grandes lixeiras, postes de iluminação, suportes informativos, etc.

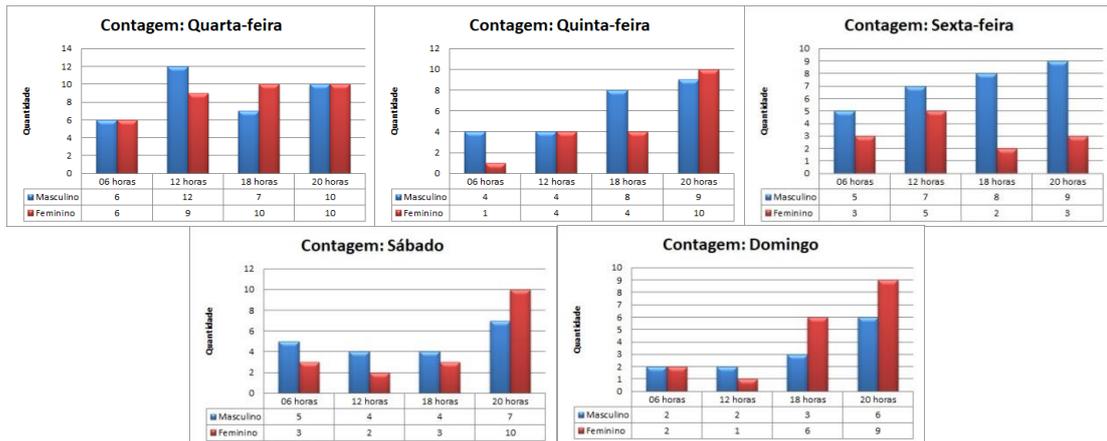
### ***Dimensão temporal e Dimensão social***

Conforme Lamas (2017, p.28) a forma urbana não é exclusivamente da concepção estética, ideológica, cultural e arquitetônica, encontrando-se como um conjunto indissociável de comportamentos, apropriação, utilização do espaço e vida comunitária dos cidadãos. Relacionando esta concepção com os estudos de Gehl e Svarre (2018, p.02), a vida na cidade deve ser entendida de uma forma ampla, com todos os eventos que acontece entre as edificações, como por exemplo, a volta de um aluno à escola ou pessoas sentadas no banco da praça, ou seja, se resume a tudo que podemos observar quando saímos à rua.

A praça Getúlio Vargas para ser compreendida em seu “sucesso” ou “fracasso” será submetida a uma avaliação quantitativa das pessoas que estão presentes em dias comparáveis, revelando assim o grau de sucesso do lugar. Perguntas do tipo “Quem?” serão somadas para o quesito gênero destas pessoas. “Onde?” determina em quais atividades as pessoas estão ocupadas, seus fluxos e direções. Por fim, “Quanto tempo?” trará uma dimensão temporal, que é essencial para compreensão da vida no espaço.

- Contagem por gênero e faixa etária

Figura 02: Contagem por gênero (quarta à sexta).

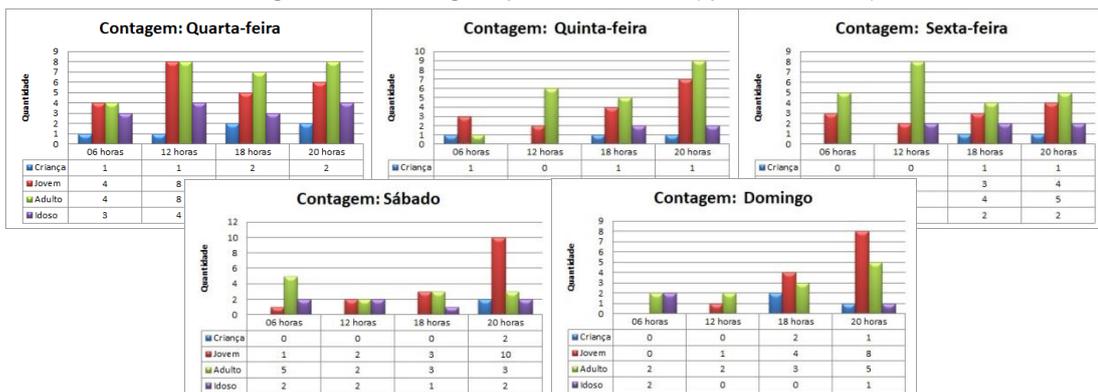


Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Ao observar o gênero das pessoas que utilizam a praça, sem preconceitos, em dias da semana (quarta, quinta e sexta) e final de semana (sábado e domingo), em quatro horário diferentes (6h/12h/18h/20h) por um tempo de dez minutos, foi possível observar que existe um equilíbrio de homens e mulheres, porém o sexo masculino predomina no aspecto quantitativo do estudo, que nos dias que foi aplicado, 122 homens e 103 mulheres se apropriaram da praça. Sendo que, a partir das 20h, era possível observar maior predominância de mulheres no local.

A contagem por faixa etária detectou que nos dias do estudo 225 pessoas se faziam presentes na praça Getúlio Vargas e entorno, sendo especificadamente, 16 crianças, 80 jovens, 95 adultos e 34 idosos. Constatou-se que na quarta-feira (semana) houve um maior fluxo de pessoas e no domingo (final de semana) um menor fluxo.

Figura 03: Contagem por faixa etária (quarta à sexta).



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

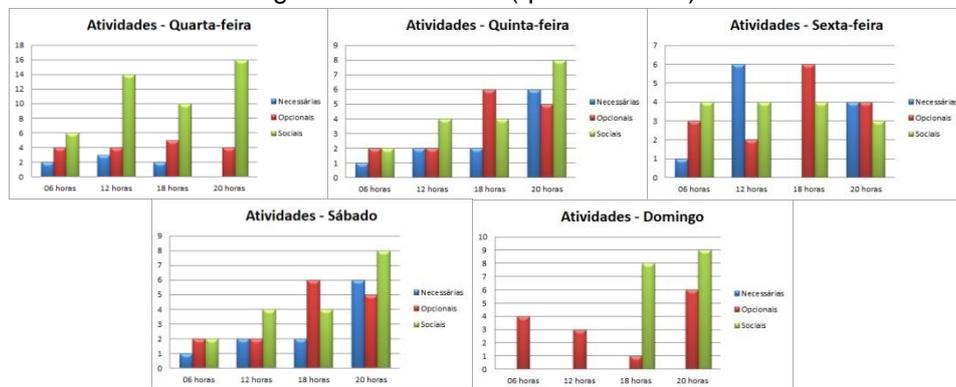
- Traçado/registro de linhas de movimentação

É a leitura do local a partir de linhas desenhadas para mostrar o padrão geral de movimentação. Na aplicação desta ferramenta percebeu-se ao sobrepor as linhas, que nos dias quarta-feira e sexta-feira, nos horários de 12h e 20h, a praça apresentou maior movimentação de transeuntes.

- Mapeamento de atividades

Sobrepondo as informações em horas, percebe-se que as pessoas realizam mais atividades necessárias no período diurno (12h), onde as pessoas se apropriam do espaço como passagem e atalho para seus afazeres (escola, mercado, lojas, etc.).

Figura 04: Atividades (quarta à sexta).



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

As atividades realizadas no período noturno abrangem as opcionais(18h) e sociais a partir das (20h), onde pessoas interagem no local, levando crianças para passear e envolver-se em atividades coletivas.

- Fotografia

É a ferramenta que documenta situações cotidianas onde a vida e forma interagem ou deixam de interagir. Foi possível observar na praça Getúlio Vargas, que existe interação durante o dia, com mais frequência no período noturno (a partir das 18h).

Figura 02: Interações diurna e noturna na Praça Getúlio Vargas, 2019.



Fonte: Elaboração do autor, 2019.

### ***Discussão de resultados***

A leitura da Praça Getúlio Vargas e entorno através das dimensões espacial, social e temporal permitiu um estudo de variáveis que se relacionam e buscam entender a realidade local.

Relacionando o gênero com o fluxo, conclui-se que homens utilizaram o espaço como local de passagem (diurno) e mulheres utilizavam o espaço para permanência (noturno). Esta observação pode se associar ao fato de que existem mais homens trabalhando e transitando no espaço/dia e as mulheres possuem uma jornada de trabalho mais flexível devido ocupações domésticas, gerando uma menor apropriação do espaço nos horários comerciais.

Ao relacionar a faixa etária com as atividades sociais notou-se que existiu uma preferência da praça pelo público adulto durante a semana (dia/noite) e no final de semana (dia). O público jovem se apropriou da praça como um local de permanência e de encontro nos períodos noturno dos finais de semana, se envolvendo em atividades coletivas e sociais. Este resultado pode ser melhor entendido se associado aos estudos de Gehl (2015, p.23), onde o autor enfatiza as atividades sociais e ressalta que entre os contatos mais amplos, os jovens utilizam mais os espaços da cidade.

Já o fluxo quando relacionado com as atividades sociais, verifica-se que há uma movimentação maior na praça e entorno para realização de atividades variadas no período noturno (20h), a escassez de movimento no período diurno pode ser atribuída ao clima, onde Gehl (2015 p.168) afirma que é importante para o conforto e bem-estar do espaço e das pessoas que o utilizam, que o local disponha de condições climáticas apropriadas.

A praça Getúlio Vargas não dispõe de academia ao ar-livre e nem playground fixo, porém apresenta um espaço livre central que acomoda instalações temporárias e efêmeras que podem atender a todos os públicos.

Relacionando as variáveis de fluxo, gênero e faixa etária, observa-se que o traçado deixado pelas pessoas eram predominantemente direcionados aos lugares comerciais conforme as necessidades de cada classe do público, fazendo com que o comércio movimentasse a praça Getúlio Vargas e suas adjacências, contribuindo para vitalidade do local.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Praça Getúlio Vargas mostra-se como um espaço democrático capaz de facilitar trocas divergentes em tempo, espaço, faixa etária, gênero, fluxo, etc. É uma praça acessível a todos os públicos e mostra-se coerente com o programa intencional criado para as praças. Foi possível observar no estudo que o espaço busca promover conexões e interações, além de intensificar seu uso para o convívio social entre pessoas de todos os gêneros e faixas etárias. Mesmo que os elementos morfológicos que compõem o local e o entorno não sejam consideravelmente satisfatório, existe uma preocupação das políticas públicas da cidade em aproveitar o espaço em sua vitalidade de alguma forma, seja com eventos, seja com equipamentos efêmeros de lazer ou necessidade, visando acima de tudo o aproveitamento do espaço.

Durante o estudo existiram possibilidades de expansões que envolvem a temática em outros aspectos como: expansão política, identidade dos cidadãos, seu uso tradicional e cotidiano, questões culturais que envolvem o imaginário coletivo e individual, movimentos populares, lendas e histórias pessoas dos habitantes locais e até mesmo os fenômenos de ocupação e criminalidade.

### **REFERÊNCIAS**

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2, ed. São Paulo: Senac, 2011.

**A importância do convívio social para o bem-estar até a velhice.** Disponível em: <https://casule.com/importancia-convivio-social-para-o-bem-estar-desde-infancia-ate-velhice/>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções.** Editora da Universidade de Maringá -Fundamentum (15), 2005.

DENARDIN, Vanessa Cibele Cauzzo; SILVA, Adriana Pisoni da. **Paisagem urbana e hospitalidade pública um estudo em praças de Santa Maria, RS.** Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais Aplicadas, S. Maria, v. 6, n. 1, p. 85-96, 2010.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Rio de Janeiro: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan e SVARRE, Brigitte. **A vida na cidade: como estudar,** Ed. Perspectiva, 2018.

GOMES, M. A. S. **De largo a jardim: as praças públicas no Brasil – algumas aproximações.** Estudos Geográficos, Rio Claro, 5(1), p.101-120, 2007.

LAMAS, José M. Ressano Garcia Lamas. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Editora Martins Fontes, São Paulo, 1982.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século 1990-2010.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

PACHECO, Priscila. **Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua.** ArchDailyBrasil. 21 Jun 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>> ISSN 0719-8906. Acesso em 13/10/2019.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras.** Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

## ARQUITETURA ESCOLAR: NOVAS CONCEPÇÕES DE ESPAÇOS, INCLUSÃO E CIDADANIA

Fabiana Correia Guedes<sup>1</sup>  
Ana Luísa Pires Gouveia Guedes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade apresentar uma abordagem teórica sobre o tema da arquitetura inclusiva como agente eliminador de barreiras físicas nos ambientes de ensino para pessoas com deficiências, tendo em vista a importância da educação na formação do indivíduo. A pesquisa almeja apresentar as dificuldades encontradas por esse público, como também as possíveis soluções para a implantação da inclusão no sistema regular de ensino através das técnicas do desenho universal, objetivando um espaço capaz de assegurar autonomia e desenvolvimento, abrigando a pluralidade e capacidades de seus usuários.

**Palavras-chaves:** Inclusão, ambiente escolar, desenho universal, acessibilidade.

### ABSTRACT

This article aims to present a theoretical approach on the theme of inclusive architecture as an eliminator agent of physical barriers in educational environments for people with disabilities, with a view to the importance of education in the formation of Individual. The research aims to present the difficulties encountered by this public, as well as the possible solutions for the implementation of inclusion in the regular education system through the techniques of universal design, aiming at a space capable of ensuring autonomy and development, housing the plurality and capabilities of its users.

**Keywords:** Inclusion; school environment; universal design; accessibility.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo a seguir tem como objetivo abordar o tema arquitetura inclusiva, partindo do contexto de como a arquitetura do edifício escolar age como coautor na eliminação das barreiras que segregam e retiram o direito de pessoas com deficiências de utilizarem espaços com autonomia.

Uma das maiores dificuldades encontradas nos edifícios escolares é a implantação de uma arquitetura que seja capaz de proporcionar o acesso de crianças e adolescentes com deficiências no ensino regular. A

---

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ fabianaguedes.arq@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ analuisag.fatecpb@gmail.com

acessibilidade arquitetônica de espaços físicos é essencial para a efetiva participação e autonomia dessas pessoas, essa acessibilidade dos ambientes escolares é ainda componente fundamental para a inclusão escolar (ALMEIDA *et al*, 2015).

Estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988 todo e qualquer cidadão, independentemente de sua condição física, social ou econômica, possui legalmente direito a educação, assim todo e qualquer ambiente escolar deve estar adaptado a atender as necessidades da sociedade em seus diversos níveis de capacidades, como também reforçado no Estatuto da Criança e do Adolescente eles devem dispor de [...] “todas as oportunidades e facilidades, afim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, p.1).

Porém, o quadro que encontramos nas escolas brasileiras é de exclusão de crianças e jovens com algum tipo de deficiência ou atendimento especial, seja por motivos de infraestrutura inadequada das edificações ou de pessoal qualificado para lidar diretamente com esse público.

No Brasil, segundo o censo 2010 do IBGE existem 45.606.048 pessoas com algum tipo de deficiência permanente, seja ela física (visual, auditiva e motora) ou intelectual, onde a região Nordeste apresenta os maiores índices da população com deficiência, o Rio Grande do Norte e a Paraíba aparecem no topo da lista, com taxas de 27,76% e 27,58% respectivamente.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho contemplará o levantamento bibliográfico, focando na arquitetura e o espaço escolar, nos fundamentos da educação e arquitetura inclusiva e o estudo das técnicas e ferramentas do desenho universal.

O artigo apresenta a estrutura de desenvolvimento dividido em 3 subtítulos que contemplaram o significado de educação e a relação do homem com o espaço construído, a educação e arquitetura inclusiva e por fim as técnicas do desenho universal como agente colaborador na inserção de espaços e equipamentos inclusivos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A ARQUITETURA E O ESPAÇO ESCOLAR**

O processo de transição de conhecimento e as atitudes necessárias para a interação do indivíduo na sociedade, ocorreu de diversas formas na história da humanidade e com objetivos específicos.

A educação é o nome dado ao ato de busca, de troca, de interação, é a ação conjunta entre pessoas que comungam do mesmo saber, tornando-se assim não apenas um ato já que acontece de forma imprevisível e ingênua bastando apenas o compartilhamento de conhecimento (SOUZA, *et al*, 1998).

Cada atividade humana precisa de um tempo e de um espaço para acontecer, com o processo de aprendizagem não seria diferente. Assim o tempo junto com o espaço escolar é um elemento essencial nas práticas educativas (ELIAS, 2006).

Segundo Elali (2003), dar atenção ao aspecto físico das escolas e a relação entre os alunos e o edifício, proporciona aos usuários o contato com uma maior diversidade de espaços dando a estes a oportunidade de melhores condições de desenvolvimento e experiência.

A arquitetura escolar pode ser considerada uma forma silenciosa de ensino, o espaço escolar é a gênese e a formação dos primeiros sistemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento essencial no currículo, fonte de aprendizado e experiência (FRAGO E ESCALENO, 2001).

Diante dessas observações é de total importância a relação homem/espaço, a arquitetura tem o poder de criar espaços edificados que atuam diretamente na percepção do indivíduo, como explica Kowaltowski (2011):

A arquitetura deve ser facilmente compreensível para as pessoas, por estar relacionada à vida cotidiana do homem. O arquiteto deve buscar formas e elementos que estimulem a relação homem/ambiente. Pela vivência com os diversos espaços construídos, o homem soma suas experiências individuais e aprende a conviver com o que a arquitetura lhe oferece (KOWALTOWSKI, 2011, p. 40).

Reforçando assim a importância de boas concepções arquitetônicas dos espaços, inclusive no âmbito escolar, sendo esse o ambiente responsável não apenas pela formação acadêmica, mas também social dos indivíduos. A escola deve ser projetada para o usuário não o usuário para a escola, um destaque desse contexto é a criança com necessidade educacional especial, que muitas vezes é preciso se adaptar a um ambiente que foi projetado para o “padrão” que não a incluem.

## 2.2 INCLUSÃO E O AMBIENTE DE ENSINO

Durante muitos anos a arquitetura foi pensada e desenhada na ideia de um homem padrão, o tornando em uma unidade de medida, relacionando o ser humano e os espaços que iriam ocupar na realização de suas atividades como um fator decisivo no modelo projetual.

Marcus Vitruvius Pollio apresentou em meados do ano 27 a.C. um raciocínio lógico matemático capaz de definir o modelo ideal de escala para o ser humano, baseado na divina proporção. Leonardo da Vinci no período da Renascença se baseou nesse mesmo modelo representando graficamente a perfeição dessas medidas, ao inscrever o homem dentro de duas figuras geométricas: o círculo e o quadrado. (AMARAL, 2016)

Em 1948, o arquiteto Charles- Edouard, conhecido como Le Corbusier criou através de seus estudos o Modulor, sistema de medidas universal baseado primeiramente em um homem com estatura de 1,75m e logo após em um com 1,80m, considerado as medidas do homem ideal, representados na figura 01 abaixo (AMARAL, 2016).

Figura 01- Sistema de proporção do homem ideal



Fonte- Amaral, 2016- Arquitetura inclusiva: centro de arte, cultura e convivência. Disponível em < [https://issuu.com/senacbau\\_201201/docs/anacristinaamaral\\_tcc\\_caderno](https://issuu.com/senacbau_201201/docs/anacristinaamaral_tcc_caderno) > Acesso: 19/02/2020

Esse sistema padrão de medidas foi adotado por muitos anos na concepção arquitetônica e no design, no entanto as necessidades não são iguais, o mundo

evoluiu e cada ser humano possui características individuais sejam elas permanentes ou provisórias

O modelo padrão de construção acaba evidenciando a exclusão de todo e qualquer indivíduo que não se enquadre nesse padrão, o que acaba por pressupor que o homem deve se adaptar ao ambiente em que foi inserido e não o ambiente a atender a sua necessidade (DONA, 2017).

O desafio da inclusão está ligado a diversos fatores, sejam eles físicos, organizacionais, políticos, metodológicos, entre outros. Barreiras que retiram de determinados grupos de pessoas o pleno exercício de sua cidadania.

A principal ação da inclusão é assegurar que todo cidadão tenha acesso aos direitos estabelecidos pela Constituição, além de afirmar que todos fazem parte de uma mesma comunidade e de igual importância.

No sistema de ensino a inclusão é aquela que tem o desafio de conseguir atender a generalidade dos alunos, respeitando as suas diferenças e proporcionando que o mesmo tenha sucesso no aprendizado e desenvolvimento social (CORREIA, 2014).

No âmbito escolar a inclusão levanta várias discussões, na visão de Carmo (1998), por exemplo, a maioria dos autores que discutem sobre o tema misturam diferenças com desigualdade, ele afirma que a desigualdade é a diferença social de cada indivíduo e as diferenças dizem respeito as características biológicas. Afirmando nesse contexto que duas pessoas podem ter diferenças semelhantes, como uma redução de mobilidade, ou uma mesma condição social, porém irão continuar tendo histórias e aprendizado diferentes.

No livro *Desenho Universal*, Cambiachi (2007), exemplifica o conceito de integração da seguinte forma:

Integração, que se fundamenta em torna a pessoa com deficiência apta a conviver em uma sociedade que já está pronta e organizada para o convívio das pessoas sem deficiência. [...] a integração se fundamenta no conceito de incapacidade, pois foca aspectos relacionados as limitações geradas pela deficiência. É, portanto, uma via de mão única, em que a pessoa com deficiência deve adaptar-se a situação já estabelecidas. (CAMBIAGHI, 2007, p.34)

A integração está relacionada a pequenas mudanças possíveis a fim de adaptar um espaço para alguma deficiência específica, ou muitas vezes o deficiente tende a se adaptar ao espaço já estabelecido, indo em contrapartida a essa realidade está a inclusão, onde um espaço foi previamente pensado em abrigar a

maior diversidade humana possível, e não apenas para os deficientes, mas para todo e qualquer indivíduo.

Portanto a inclusão deve ser para todos não apenas para os deficientes, a oportunidade do desenvolvimento pleno precisa assegurar a todos os desassistidos, os carentes, os que não dispõem de oportunidades igualitárias (BORGEM, *et al*, 2012).

### 2.3 O DESENHO UNIVERSAL COMO DEMOCRATIZADO DO ESPAÇO

O homem tende a modificar com o tempo o ambiente em que vive, adaptando o meio natural em prol de criar suas cidades, objetos, a fim de torna-los mais adequados para o seu uso. Com o processo produtivo acelerado da Revolução Industrial e a crescente especulação imobiliária, projetos em série foram feitos, assim ao invés do ambiente atender as necessidades e se adaptar ao homem, o homem se via obrigado a adaptar-se ao ambiente construído, projetado para uma pessoa ideal (DUARTE; COHEN, 2002).

O desenho universal iniciado nos Estados Unidos se destina a todo e qualquer indivíduo, já que trabalha com o conceito de equidade. [...] “é fundamental para tornar possível a realização das ações essenciais praticadas na vida cotidiana, o que na verdade é uma consolidação dos pressupostos dos direitos humanos” (CAMBIAGHI, 2007, p.16).

O criador dessa terminologia Ron Mace (1941-1998), era arquiteto e cadeirante e respirava com o uso de um aparelho, ele defendia que o desenho universal era uma percepção de se aprimorar as coisas que se projeta, tornando-as utilizáveis por todos, assim na década de 90, junto com um grupo de arquitetos, defendeu essa ideia e estabeleceram os sete princípios do desenho universal, utilizados hoje mundialmente, adotados para qualquer programa de acessibilidade plena, exemplificados na tabela abaixo.

Tabela 1 - Sete princípios do desenho universal

<p><b>3</b> <b>Uso Simples e Intuitivo</b> Eliminar complexidades desnecessárias e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário.</p> 	<p>3º Uso simples e intuitivo: tem como objetivo de tornar o uso facilmente compreendido, independente da experiência do usuário, do seu nível de formação, conhecimento do idioma ou da sua capacidade de concentração.</p>
<p><b>4</b> <b>Informação de Fácil Percepção</b> Utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis para compreensão de usuários.</p> 	<p>4º Informação Perceptível: comunicar eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente das condições ambientais ou da capacidade sensorial deste. Deve-se utilizar meios diferentes de comunicação, símbolos, informações sonoras e táteis.</p>
<p><b>5</b> <b>Tolerância ao Erro (Segurança)</b> Considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos a fim de minimizar acidentes.</p> 	<p>5º Tolerância ao erro: o desenho universal tem como objetivo minimizar os riscos e as consequências de ações acidentais</p> <p>Isolar e proteger elementos de riscos;</p> <p>Disponibilizar alertas no caso de erros;</p> <p>Disponibilizar recursos que reparem as possíveis falhas de utilização.</p>
<p><b>6</b> <b>Esforço Físico Mínimo</b> Dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura, confortável e com o mínimo de fadiga.</p> 	<p>6º Mínimo esforço físico: prevê a utilização de forma eficiente e confortável, com um mínimo de esforço. Portanto, deve: minimizar as ações repetitivas, possibilitar a manutenção de uma postural corporal neutra, minimizar os esforços que não puderem ser evitados.</p>
<p><b>7</b> <b>Dimensionamento de Espaços para Acessos e Usos Abrangentes</b> Possibilitar a utilização dos espaços por usuários de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas de forma a acomodar variações ergonômicas.</p> 	<p>7º Dimensionamento de espaços para acesso e uso de todos os usuários: oferecer espaços e dimensões apropriadas ao uso, independentemente do tamanho ou da mobilidade.</p>

<p><b>1</b> <b>Uso Equitativo</b>          Propor espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes a fim de evitar a segregação.</p> 	<p>1º Equiparação nas possibilidades de uso, ou seja, elaborar projetos não para um grupo de pessoas, deve-se atender a todos os grupos, disponibilizar os mesmos recursos de uso para os usuários.</p>
<p><b>2</b> <b>Uso Flexível</b>          Criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam adequações e transformações.</p> 	<p>2º Flexibilidade no uso: o desenho universal deve atender a uma ampla gama de indivíduos, com habilidades e preferências diferentes, ser acessível e utilizado por destros e canhotos, facilitar a acuidade e se adaptar ao ritmo do usuário.</p>

Fonte: - Guia de rodas/ desenho universal- acesso em 23/05/2019- Desenvolvido pela autora

Um bom espaço acessível, seja urbano ou edificação é aquele onde todos os usuários podem não apenas ingressar, mas circular e utilizar de todos os espaços. E essa qualidade só será atingida quando múltiplas ações forem tomadas juntas e aplicadas em todas as áreas da vida, como moradia, saúde, educação, transporte, lazer, etc., por meio de inclusão ou remoção das barreiras que atualmente o impedem de participar efetivamente da sociedade. (CAMBIAGHI, 2007)

Considerando as edificações escolares que sejam projetadas buscando desenvolver os 7 princípios do desenho universal, como também a normativa regulamentadora NBR9050/2015, estarão garantidos espaços de aprendizado adequado a todos, portadores de deficiências ou não, onde desenvolveram de forma autônoma e intuitiva suas capacidades intelectuais e sociais.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação possui um importante papel no desenvolvimento do cidadão e o processo de aprendizagem é influenciado pelo espaço físico, pois é nele onde várias atividades são desenvolvidas durante longos períodos do dia, e um espaço inadequado pode causar défices no aprendizado dos alunos. Portanto, o desenvolvimento do projeto deve buscar alinhar as necessidades de uma boa

estrutura física e organizacional de um ambiente de ensino, como também adequar-se as suas formas de ensino e usuários.

O processo de aprendizado de uma criança está ligado não apenas as metodologias de ensino aplicadas, mas também a forma como ela enxerga o local em que essas metodologias são vividas, a escola deve proporcionar a criança um sentimento de acolhimento, segurança, autonomia, liberdade de expressão e o pertencimento ao local.

Desta forma, a meta de inclusão escolar vai muito além de criar espaços adaptados, mas de gerar espaços de qualidade que estimulem o crescimento pessoal e consiga dizer em forma de arquitetura que naquele espaço a criança pode ser ela mesma, ou seja, é mudança de paradigmas, de conceitos e posições, que fogem as regras tradicionais educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K.M.; FERNANDES V.R.L. et al. **O espaço físico como barreira à inclusão escolar**. Artigo apresentado a Coordenação de Terapia Ocupacional da UFS São Carlos. São Paulo. 2015

AMARAL, Ana Cristina Faraco. **Arquitetura inclusiva: centro de Arte, Cultura e Convivência** Monografia apresentada ao Centro universitário Senac. São Paulo. 2016.

BORGEN, M.C.; PEREIRA, H.O.S.; AQUINO, O.F. **Inclusão versus Integração- a problemática das políticas e formação docente**. Revista Ibero-Americana de Educação ISSN: 1681-5653. Minas Gerais, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília- DF. 1988

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília- DF. 1990.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal- Métodos e técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

CORREIA C. S. **O DESAFIO DA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: um estudo no município de Nova Londrina, PR**. Monografia de pós-graduação apresentada ao Polo UAB do município de Londrina – Câmpus Medianeira. Paraná, 2014.

DONA, Gabriela Rodrigues Molina. **Desenho universal: estudos dos espaços sociais na contemporaneidade**. Monografia apresentada ao Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo. São Paulo. 2017.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **O Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta par a Melhoria da Qualidade de Vida para Todos**. In: PROJETAR 2003. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003, p. 159-173.

ELALI, G. A. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil**. Estudos de Psicologia. Rio Grande do Norte, 2003.

ELIAS, Maria, E. V. **Evolução do espaço escolar no Brasil**: referências ao planejamento urbano de Limeira- SP- Tese de Doutora apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro- SP, Rio Claro, 2006.

FRAGO, A. V; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade, a arquitetura como programa**. (Tradução Alfredo Veiga-Neto). 2º ed. Editora Dp&A. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010 Pessoas com Deficiência**. 1º ed. 2012, Brasília-DF.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>> Acesso em: 25 de março de 2019

SOUZA, Rosa Fatima de. Espaço da educação e civilização: origens dos grupos escolares do Brasil. In: SOUZA, Rosa Fatima de; VALDEMARIM, Vera Tereza; ALMEIDA, Jane Soares de. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara. São Paulo. 1998.

KOWALTOWSKI, Doris, C.C.K.- **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. Editora Oficina de Textos. São Paulo, 2011.

## INVENTÁRIO TEMÁTICO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO LIGADO A VINDA DO IMPERADOR DOM PEDRO II, SITUADO NO CENTRO DA CIDADE DE MAMANGUAPE-PB.

Júlio Cezar Martir Cabral<sup>1</sup>  
Anneliese Heyden Cabral Lira<sup>2</sup>

### RESUMO

Observa-se no Centro da Cidade de Mamanguape- PB, ações contínuas que ocasionam a descaracterização patrimonial, sobretudo, da memória urbana e dos imóveis que tiveram a influência direta da visita do Imperador Dom Pedro II, estes de grande relevância histórica. Com base nisso, o trabalho em questão busca visualizar o contexto atual do acervo do patrimônio arquitetônico da cidade de Mamanguape, destacando o grande número de imóveis expressivos para a história sendo degradados gradualmente. Diante disso, com a pesquisa vê-se a necessidade da construção de ações que garantam a salvaguarda desses bens, com a construção de um Inventário. A partir dele será compreendido a situação atual em que os imóveis se encontram, a que estilos eles pertencem, além de mostrar o valor que o bem possui, entre outras características. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes etapas e procedimentos metodológicos: Revisão bibliográfica; Levantamento de dados; Mapeamento e triagem; Construção do Inventário; e Análise crítica. Foram feitas a sistematização dos dados colhidos nas fichas catalográficas e a criação de mapas temáticos para o entendimento dos dados. Foram apontados, dentro do recorte espacial da pesquisa, 14 imóveis que tiveram influência da vinda do Monarca. A partir desse cenário, pode-se observar o processo constante de descaracterização dos imóveis históricos, efeito das práticas do mercado imobiliário, escassa atenção para com as obras patrimoniais, além do desinteresse de órgãos preservacionistas e do próprio poder público para a salvaguarda desses bens, sendo necessário, através de ações com o cunho preservacionista, proteger o patrimônio arquitetônico na cidade, contribuindo para a manutenção da memória urbana de Mamanguape.

**Palavras-chave:** Inventário urbano; Memória urbana; Patrimônio arquitetônico.

### ABSTRACT

It is observed in the Center of the City of Mamanguape-PB, continuous actions that cause the patrimonial de-characterization, above all, of the urban memory and of the buildings that had the direct influence of the visit of Emperor Dom Pedro II, these of great historical relevance. Based on this, the work in question seeks to visualize the current context of the collection of architectural heritage in the city of Mamanguape, highlighting the large number of buildings expressive for history being gradually degraded. Therefore, with the research, it is seen the need to build actions that

---

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ juliocesarmartir@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba/ anneliese.iesp@gmail.com

guarantee the safeguarding of these assets, with the construction of an Inventory. From it will be understood the current situation in which the properties are, what styles they belong to, in addition to showing the value that the property has, among other characteristics. For this, the following steps and methodological procedures were established: Literature review; Data survey; Mapping and sorting; Inventory construction; and Critical analysis. Systematization of the data collected in the catalogs and the creation of thematic maps for understanding the data were carried out. Within the spatial scope of the research, 14 properties that were influenced by the arrival of the Monarch were identified. From this scenario, it is possible to observe the constant process of mischaracterization of historic properties, the effect of real estate market practices, little attention to heritage works, in addition to the lack of interest in preservation agencies and the government itself to safeguard these assets, it is necessary, through actions with a preservationist nature, to protect the architectural heritage in the city, contributing to the maintenance of Mamanguape's urban memory.

**Key words:** Urban Inventory; Urban Memory; Architectural Patrimony.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Afonso (2005), o patrimônio cultural é de suma importância para a manutenção da identidade de determinada região. Consonante a isto, Pelegrine (2007) cita a noção de patrimônio enquanto manifestação acentuada do que se refere ao legado vivo, passado no decorrer da história, de geração a geração, afirmando que o patrimônio é feito historicamente e é a garantia de manter o significado de pertencimento de um indivíduo a uma determinada cultura. Nesse sentido, é atestada uma identidade cultural que baseia um suporte precioso para a formação do cidadão.

Contextualizando a prática preservacionista, é necessário o entendimento acerca da história do urbanismo e da arquitetura no âmbito patrimonial em relação a globalização e sobretudo a industrialização. Nesse sentido, Funari e Pelegriño (2009) explicam que os atos de preservação patrimonial na América Latina são relativamente novas e tiveram força quando se percebeu o crescimento urbano moderno, vindo das carências vindas com o alavancamento industrial e pelo crescimento populacional nos centros urbanos, e com isso o surgimento das construções urbanas e levando a arruinação nas áreas históricas.

Este cenário também pode ser observado na cidade de Mamanguape-Paraíba, uma vez que a chegada de polos atratores, tais como a Universidade Federal e grandes empresas nacionais no município de Rio Tinto- cidade vizinha- ampliou o público/população da cidade, alavancando, assim, a procura por imóveis.

Aluguéis, terrenos e casas passaram por uma supervalorização de, pelo menos, 50% em cima de seus valores. Conforme cita Serafim (2011), a ascensão dos preços ocorreu principalmente quando da chegada do Campus da Universidade Federal da Paraíba.

De acordo com Costa (1986), os avanços de Mamanguape eram tantos que em 1859, o município ganhou a visita do Imperador D. Pedro II juntamente com sua comitiva. A casa onde ele se instalou, que hoje é a sede da Prefeitura Municipal (Paço Municipal), foi nomeada “Casa do Imperador”, do mesmo modo, como a rua em que a mesma está implantada, é chamada “Rua do Imperador”. Dado pela a ilustre visita, Mamanguape foi considerada capital da Paraíba por 24 horas, tempo de presença do Monarca, na cidade. E conforme Andrade e Vasconcelos (2005), o Imperador visitou ainda alguns outros lugares durante sua visita ao município, agregando valor histórico às edificações. Porém, ainda nota-se que a população do município ainda desconhece ou tem muito pouco conhecimento sobre a história local, sendo agravado pela falta de incentivo dos gestores em mudar essa realidade inerente a seu desenvolvimento histórico. Percebe-se que o município vem sofrendo com a perda da memória urbana, ora refletida pela falta de preservação do seu patrimônio material arquitetônico.

Diante deste cenário, levando em consideração a significativa quantidade de material de relevância para a memória urbana de Mamanguape, que teve uma gradativa destruição, ocasionando o desaparecimento de grandes edificações emblemáticas, com a pesquisa será possível a compreensão sobre a devida importância das salvaguardas dos prédios, uma vez que, possibilitaria à população um melhor uso e segurança nos edifícios remanescentes que possuem uso, além de garantir preservação da identidade cultural local e da história brasileira. Busca-se então, catalogar através do Inventário, de maneira que seja contextualizada a situação atual das edificações que tiveram influência da visita do Imperador Dom Pedro II, seja ela diretamente, no caso do prédio onde o Monarca se instalou, além dos prédios onde ele visitou: as Igrejas São Pedro e São Paulo, Igreja do Rosário e a Cadeia pública; seja indiretamente, sendo exemplificado pelas residências que conformam o plano marginal da rua onde se localiza a Casa do Imperador - Edifícios esses que contam a história não só do município em questão, mas do Brasil também.

A partir disso, através desse estudo, tem-se a intenção de contribuir para estudos futuros sobre a história e a memória urbana da cidade, como também contribuir junto as pessoas ligadas à órgãos competentes ao Patrimônio, lançando um olhar mais vasto e considerável no que diz respeito ao valor das manutenções dos imóveis para a preservação dos bens edificados da cidade de Mamanguape – PB. E desse modo, espera-se que o trabalho sirva como subsidio, capaz de estimular o reconhecimento de toda herança patrimonial, de várias épocas do município, fornecendo assim, incentivo para o resguardo do legado arquitetônico significativo, promovendo o combate à perda de memória urbana e identidade coletiva, garantindo o conhecimento e conscientização sobre o patrimônio material imóvel.

## **2 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO**

Após a triagem dos edifícios que foram selecionados, foi necessária a construção da ficha catalográfica, documento responsável por gerar o inventário em questão. Essa ficha será desenvolvida com base nos critérios relativos ao exame técnico estabelecido nas fichas catalográficas recomendadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), tendo como base a ficha do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e atrelado a ela ainda se usou como base a ficha de inventario desenvolvida por Lucena (2018).

Os critérios que compõem esta ficha auxiliarão na análise arquitetônica dos edifícios objetos de estudo, e terão como objetivo contemplar os seguintes itens:

- (1) entorno imediato, com vistas a observar as edificações circunvizinhas, relação com elementos da morfologia urbana, como ocupação no lote e na quadra, relação com o passeio e a rua, entre outros;
- (2) caracterização externa, considerando as fachadas e detalhes representativos como: cobertura, telhamento, esquadrias, coroamento, testada, gabarito, entre outros;
- (3) planta baixa, de modo que se possa entender a espacialização, setorização e dimensão do imóvel;
- (4) Materiais, identificando e especificando tanto o ambiente externo como interno das edificações. Além disso, se fará pertinente também, nesta fase, descrição

histórica dos imóveis, coletando os fatos e aspectos que realçam o seu valor enquanto valor patrimonial histórico imaterial.

(5) Estado de conservação, que diagnosticará a integridade do imóvel inventariado, o estado de conservação. Com essa análise será identificado se o bem deve ser intervindo, uma vez que o prédio estiver degradado, é necessárias ações que busquem a preservação ou conservação do imóvel.

Foram elaborados, posteriormente, mapas temáticos para a construção do entendimento da situação do objeto de estudo: Estilos Arquitetônicos, Estado de Uso, Natureza de Uso atual, Valores Atribuídos, Estado de Conservação, Preservação de Entorno.

Portanto, foram selecionados e catalogados um total de 14 prédios a serem inventariados, sendo 11 localizados (marcados em vermelho) na Rua do Imperador, 10 deles com caráter residencial e somente 1 administrativo. Os outros 3 prédios estão distribuídos em: a Cadeia Pública (marcado na cor salmão), localizado na Rua Cel. Batista Carneiro; a Igreja São Pedro e São Paulo (marcado na cor amarelo) localizado na Praça Padre João; e a Igreja do Rosário (marcado na cor laranja) localizado na intercessão entre a Travessia do Rosário e a Rua Duque de Caxias, como se observa na FIGURA 02. Todos os edifícios citados estão dentro na delimitação de preservação imposta pelo IPHAEP.

Figura 01: Ilustração dos imóveis a serem inventariados.



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

Figura 02: Localização dos prédios a serem inventariados dentro das polygonais de preservação do IPHAEP



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

Foi identificado, diante do levantamento proposto, a situação atual de conservação em que os bens imóveis catalogados se encontram. A partir disso, se verá a necessidade de tombamento aos edifícios que se encontram em situação de má conservação e manutenção - resultando em uma significativa perda de memória.

### 3 DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL ACERCA DO PATRIMÔNIO

Segundo o artigo 216 da Constituição de 1988, ficou estabelecido como patrimônio cultural brasileiro, bens de caráter material e imaterial, adotados particularmente ou em conjugado, que possuem relevância a continuidade da identidade de uma determinada região, à memória dos diversos classes formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O IPHAN, por sua vez, trata patrimônio material e imaterial como:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos,

documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (IPHAN, 2014)

#### **4 CARTAS PATRIMONIAIS: ORIGEM E DISCUSSÕES NO CONTEXTO PATRIMONIAL**

Primordialmente, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, o italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947) enfatizou o papel da análise e da pesquisa, procurando a compreensão dos monumentos antigos. Sua compreensão foi sintetizada na Carta de Restauro de 1932 e a Carta de Atenas de 1931, explica Jokilehto (2002).

Caldas e Santos (2013) explicam que no século XX, em meio a Segunda Guerra Mundial, marcou-se pelas discussões das questões de preservação, onde bombardeamentos devastaram vários monumentos históricos do na Europa.

A partir destas discussões, nasceram instituições internacionais como: a o ICOM (Conselho Internacional de Museus), o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais); e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), entre outras instituições que proporcionaram encontros entre os países, onde os debates resultaram nas chamadas Cartas Patrimoniais.

As Cartas precursoras no contexto patrimonial que procuram a salvaguarda, ao urbanismo contemporâneo, sobretudo dos sítios históricos, foram as Cartas de Atenas de 1931 e 1933. Cury (2000) explica que o documento pioneiro pertencia ao Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações e traz à tona o debate sobre as preocupações da época, acerca de técnicas, legislação e dos fundamentos sobre conservação dos bens históricos e artísticos. Nessa continuidade, o documento manifesta necessário que organizações atuem relacionadas à restauo, preservação dos patrimônios, como de leis que proteja ações, garantindo o direito coletivo (IPHAN – Carta de Atenas, 1931).

Já na Carta de Atenas de 1933 tratou de abordagens relativas as cidades modernas, no período de ascensão urbana. Originado do Congresso Internacional

de Arquitetura Moderna (CIAM), encontro contou como conteúdo principal a cidade de forma funcional, tendo a presença de arquitetos e urbanistas, dentre eles, Le Corbusier. Cury (2000) ainda explica que foi discutido o “Urbanismo Racionalista”, pautando, a infraestrutura, o zoneamento, a verticalização dos imóveis, tal qual a industrialização e padronização das edificações, traçando novos percursos para o urbanismo (IPHAN – Carta de Atenas II, 1933).

Outro relevante documento destacado por Cury (2013) é a Carta de Veneza (1964), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, produziu a Carta de Veneza, tendo como ponto central a escassez de uma proposta internacional para a conservação e restauração dos bens culturais num ato multidisciplinar.

## 4.1 INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

### 4.1.1 Inventário

Choay (2006) fala que um dos primeiros atos de Inventário foi feito pela Coroa francesa, em 2 de outubro de 1789, com finalidade de colocar os bens do clero “à disposição da nação” - Decreto de 13 de outubro de 1790.

A mesma autora ainda fala que o método de inventariar algum bem, é utilizada desde os pós Segunda Guerra Mundial, onde em meio aos destroços, teve-se a necessidade de catalogar os edifícios ainda em pé, ou parte dele, e de verificar onde tivesse mais prioridade de área se erguer.

No Brasil, em 1937, surgia o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN) que surgia para a proteção das cidades antigas e monumentos ameaçados pelas reformas urbanas e a especulação imobiliária. As ferramentas de preservação são utilizadas no Brasil, desde essa época, como explana (Ghirardello et al., 2008).

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, no artigo 216 prevê que: O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 216, p. 1)

Diel (2015) fala que o inventário patrimonial de bens imóveis procura constatar e apontar as características e singularidades referentes a um conjunto de edifícios, onde para executá-lo, é essencial um levantamento de dados técnicos e da historiografia, dados esses indispensáveis para compreensão de como se originaram os edifícios e as modificadas ao passar do tempo.

Consonantes a isto Morais (2013) explana que para efetuar atos de proteção patrimonial, sendo essencial o estudo para o entendimento preliminar dos bens a serem preservados, e para que esse exercício posto em prática, o inventário se apresenta como instrumento essencial.

#### **4.1.2 Tombamento**

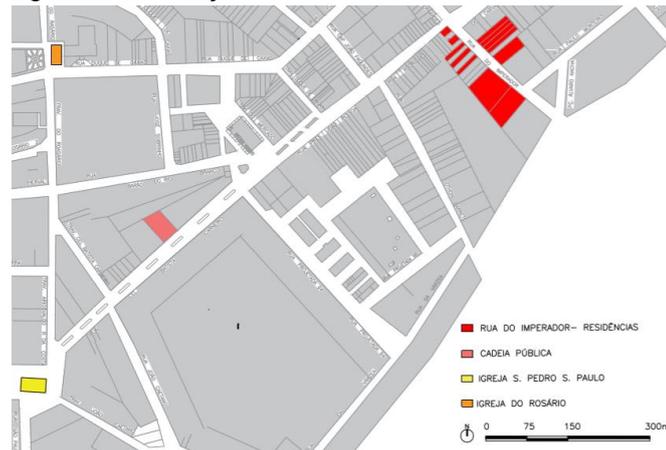
Outro instrumento relevante referente a preservação patrimonial é o Tombamento. Segundo (Ghirardello et al., 2008), tombamento é uma série de procedimentos como registros fotográficos e documentais, desenvolvidos pelo Estado ou órgão desse caráter de preservação, visando a salvaguarda dos bens culturais, arquitetônico, histórico ambiental e afetivo, além de inibir a demolição e/ou descaracterização. Esta denominação se origina em Portugal, da Torre do Tombo, onde eram armazenados documentos que tratava de preservação.

De acordo com o mesmo autor, o ato de tombamento é um exercício legal, que a partir de um inventário, levantamento que tem como finalidade a proteção e manutenção do não só imóvel em unidades, mas também conjunto deles, encontrados em uma mesma área como núcleos urbanos, paisagens, sítios históricos e arqueológicos, por exemplo. Os critérios de tombamento devem ser extremamente técnicos, compreendendo seu estado de conservação, possibilidade de restauração, raridade, representatividade.

## **5 ANÁLISES E RESULTADOS**

Com base nas informações coletadas a partir dos dados colhidos na ficha, construiu-se o inventário dos 14 imóveis selecionados como objeto de estudo com as seguintes informações: (Código da edificação; a denominação/nomenclatura dada ao Imóvel inventariado; os Valores que foram dados que serviram com critério na escolha dos prédios; o logradouro de Mamanguape em que o edifício se localiza e por fim, se a edificação recebeu a visita de forma direta do Imperador Dom Pedro II.)

Figura 03: Ilustração dos imóveis a serem inventariados.



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

Os dados colhidos no levantamento mostram aspectos a serem considerados do contexto preservacionista do centro Mamanguape, contribuindo para análise das características arquitetônicas, históricas e culturais dos imóveis inventariados, demonstrando vários fatores que explicam a pós vinda do Imperador a cidade e como os imóveis, por eles influenciados se encontram hoje dia. Desta forma, algumas variáveis foram destacadas e analisadas, tais como: **(a) estilo arquitetônico; (b) valores que foram atribuídos aos prédios na escolha para o inventário; (c) estado de conservação dos prédios; (d) se o prédio está ocioso, uso atual do prédio; e (e) até mesmo se o entorno da edificação** foi alterado ou não em relação a sua originalidade.

- a) A partir da linguagem visual encontrada nas fachadas, como a morfologia e ocupação no lote, identificou-se os seguintes estilos arquitetônicos: dois edifícios são do estilo Barroco (Igreja São Pedro São Paulo e a Igreja do Rosário); nove imóveis com características distintas, considerados como híbridos, dos quais oito apresentam fachadas com traços neoclássicos e morfologia colonial (Residência B, C, D, E, H, I e J além da Casa do Imperador) e apenas um imóvel com fachada neoclássica e adaptações art déco (residência A); três imóveis Neoclássicos (Cadeia Pública, Residências F e G);

Figura 04: Igreja São Pedro e São Paulo



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

- b) A maioria dos edifícios inventariados possuem uso, apenas um está em desuso (Residência E) localizado na Rua do Imperador;

Figura 05: Mapa de Estado do Uso



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

- c) Dos 14 prédios inventariados, 10 são de natureza particular e quatro de natureza pública. Em relação ao uso, 10 apresentam caráter residencial, dois são administrativos (casa do imperador e a cadeia pública), e o restante, ou seja, dois imóveis apresentam uso religioso;

Figura 06: Mapa da natureza de uso atual de cada imóvel



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

- d) Notou-se que três prédios foram classificados como detentores dos valores Histórico/Arquitetônico, por conterem relevância histórica devido a visita do Imperador nestes imóveis, além de contar com uma linguagem arquitetônica expressiva e rica de detalhes. Apenas a Casa do Imperador deteve o Valor Histórico/Morfológico, por ter sediado a presença do Imperador, além de fazer parte do conjunto paisagístico da Rua. Aos demais imóveis foram atribuídos apenas o Valor Morfológico, por apresentarem lote, ocupação de lote e logradouros característicos da época em que o Imperador visitou a cidade;

Figura 07: Mapa dos Valores atribuídos aos imóveis



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

- e) Nesta análise foi possível identificar o real estado de conservação dos imóveis, em relação a que estado de degradação o prédio se encontra. Assim, segundo o mapa abaixo (figura 128), apenas um imóvel se encontra

em bom estado de conservação; 11 encontram-se em estado intermediário; e dois em estado muito degradado. Além da análise de conservação, inserida na ficha catalográfica, foi também pontuado tais condições da seguinte forma - considera-se uma escala, onde 0 (zero), indica que o imóvel está em boa condição de preservação e 10 significa que o prédio está muito degradado;

Figura 08: Mapa de Estado de Conservação



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

- f) Notou-se que os imóveis da Rua do Imperador formam o conjunto da paisagem, e encontra-se em boa forma em relação a original.

Já aos demais prédios (Igreja São Pedro e São Paulo, Igreja do Rosário e a Cadeia Pública) já não possui o entorno (conjunto paisagístico) original, isso evidencia ainda mais a necessidade de salvaguarda;

Figura 09: Mapa de Preservação de Entorno



Fonte: elaborado pelo autor, 2019

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver da pesquisa foi possível caracterizar o conjunto patrimonial atual no recorte espacial estudado, proporcionando a visão e análise dos limites teórico e técnico, procurando verificar e expandir a compreensão significativa nos bens a serem inventariados, acender assim a relevância devida dos tais prédios, fomentando a memória urbana de Mamanguape e conseqüentemente sua identidade, desse modo, portanto, apresenta-se como um dos atos essenciais para a salvaguarda patrimonial local.

Durante o desenvolver do trabalho, houve uma dificuldade na obtenção de algumas documentações para as informações mais detalhadas como Plantas Baixas. Foi solicitado dados pertinentes ao objeto de estudo na prefeitura e na Paróquia da Cidade, foi obtido o Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) de apenas três imóveis, os que não eram residenciais (ANEXOS H, I E J), a Planta Baixa da “Casa do Imperador”, o decreto de tombamento e da delimitação de tombamento junto a prefeitura. Não se obteve resposta da Paróquia.

Nesse cenário, percebe-se a pertinência da realização do inventário em questão, enaltecendo sua relevância como instrumento que foca na disposição comunitária a informação e guarda dos edifícios significantes no campo das tradições sociais, mostrando-se como mecanismo de crescimento da afluência entre a população mamanguapense e sua própria história, na esperança no crescimento do ensino patrimonial, pondo também, análises futuras e a elaboração de estratégias governamentais para a salvaguarda, considerando que é uma área vasta sendo acometidas por alterações ao passar do tempo, necessitando ser avaliado, visto que a exaltação e preservação patrimonial e cultural das cidades é um modo de assegurar a valorização da história do lugar.

## REFERENCIAS

AFONSO, José da Conceição. **Urbanismo e arquitetura para o século XXI**. Arqtextos, São Paulo, Ano 5, n. 060.09, Vitruvius, maio 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.060/466>> Acesso em: 05 abril 2019

ANDRADE, Isabel de Souza Leão e VASCONCELOS, Severina Maria Oliveira de. **Mamanguape 150 anos: uma cidade histórica 1855-2005.** João Pessoa: Unigraf, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape a Fênix paraibana.** Campina Grande: Grafset LTDA, 1986

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio Histórico e Cultural.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GHIRARDELLO, Nilson. SPISSO, Beatriz. (coord.) FARIA, Gerson Geraldo Mendes. (et al.) **Patrimônio Histórico: como e por que preservar.** Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. 3° ed. Bauru, São Paulo. 2008.

I CONGRESSO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, 1975, AMSTERDÃ. **Manifesto de Amsterdã.** Brasília, IPHAN, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 12 abril 2019.

PORTAL IPHAN. Patrimônio material e imaterial. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em: 10 maio 2019

LUCENA, Pedro Gomes de. **O inventário do patrimônio arquitetônico de área central na cidade de Patos, Paraíba.** 2018. 179 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdades Integradas de Patos, Patos, 2018.

## PROPOSTA DE PARQUE LINEAR PARA O BAIRRO DO ALTIPLANO EM JOÃO PESSOA/PB

Vivianne Fechine Aguiar<sup>1</sup>  
Ana Luzia Pita Lima Rodrigues<sup>2</sup>

### RESUMO

O espaço público é local de interação com o outro, proporciona lazer e influencia na melhoria da qualidade de vida urbana. Problemas como: infraestrutura, falta de segurança, dificuldade de acesso e carência de mobiliário urbano, acarretam no abandono desses espaços tornando-os ociosos, sendo a requalificação uma maneira de recuperar a qualidade necessária para a permanência no local. Percebe-se que a área de intervenção não possui atrativos, mantendo-se inóspito grande parte do tempo. Para reverter essa situação, o trabalho propõe a inserção de espaços de convivência, melhorias no acesso e na segurança e a diversificação de atividades. Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é realizar um estudo preliminar para implementar um parque linear no bairro do Altiplano em João Pessoa, capital da Paraíba, no intuito de proporcionar lazer à população. Para isso, foram realizados estudos com base na análise in loco e em fontes de informações para obter dados que auxiliaram no desenvolvimento desse trabalho. A partir da conclusão da proposta, observou-se que é possível intervir em áreas abandonadas e/ou degradadas e recuperar a vitalidade desses espaços, transformando-os em locais dignos a serem utilizados. Sendo assim, o estudo atingiu seus objetivos e apresentou diretrizes para o melhoramento do espaço urbano.

**Palavras-chaves:** Espaço urbano; abandono; requalificação; parque linear

### ABSTRACT

The public space is a place for interaction with others, provides leisure and influences the improvement of the quality of urban life. Problems such as: infrastructure, lack of security, difficulty in access and lack of urban furniture, lead to the abandonment of these spaces, making them idle, and requalification is a way to recover the quality necessary to remain in the place. It is noticed that the intervention area has no attractions, remaining inhospitable much of the time. To reverse this situation, the work proposes the insertion of living spaces, improvements in access and security and the diversification of activities. Given this context, the objective of the work is to carry out a preliminary study to implement a linear park in the Altiplano neighborhood in João Pessoa, capital of Paraíba, in order to provide leisure to the population. For this, studies were carried out based on the analysis in loco and sources of information to obtain data that helped in the development of this work. From the conclusion of the proposal, it was observed that it is possible to intervene in abandoned and / or degraded areas and recover the vitality of these spaces, transforming them into worthy places to be used. Thus, the study achieved its objectives and presented guidelines for the improvement of urban space.

**Keywords:** *Urban space; abandonment; requalification; linear park*

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIESP- Centro Universitário da Paraíba

## 1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano é um local de convívio e interação entre os usuários. O abandono desse espaço, causados pela falta de manutenção, aumento do uso do automóvel, carência de mobiliário urbano e infraestrutura, influenciam na qualidade de vida urbana da região e no bem estar da população. Sendo necessário intervir nessas áreas a fim de resgatar a vitalidade desses espaços por meio da requalificação.

O presente artigo tem por finalidade analisar o bairro Altiplano, no intuito de promover a inserção de equipamentos e espaços públicos, para melhor atender às necessidades do público em geral, mais especificamente, aos moradores locais.

Localizado entre as ruas Rui Costa e José Rufino, no bairro do Altiplano, em João Pessoa, capital da Paraíba, o terreno objeto de estudo encontra-se numa área predominantemente adensada, marcada pela verticalização dos condomínios fechados e pela presença de moradias de luxos. A partir disso, foram feitas pesquisas e estudos sobre qual equipamento se encaixaria melhor diante do contexto encontrado e nas exigências feitas pela população.

A escolha do tema se deu por haver poucas opções de parque na cidade de João Pessoa, onde atualmente pode-se encontrar apenas quatro com fins recreativos, sendo eles: o Parque Solon de Lucena, no centro da cidade; o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, no bairro do Baixo Roger; o Parque Linear Parayba, no bairro do Bessa; e o Parque Ecológico Bosque dos Sonhos, no bairro do Cabo Branco.

Sendo assim, a proposta tem por justificativa atender às necessidades da população local quanto a atividades relacionadas ao lazer, fazendo-os migrar dos espaços de uso coletivo privado para os espaços de caráter público, proporcionando diferentes experiências promovidas pelo espaço projetado.

Por objetivo geral, propõem-se a nível de estudo preliminar um parque linear no bairro objeto de estudo, como forma de estimular a prática de esportes e atividades relacionadas ao lazer, destacando como objetivos específicos: entender as diretrizes, legislações locais e buscar referências para a concepção do parque urbano; reconhecer a área na qual será proposta a intervenção – compreendendo sua história, sua potencialidade e seu caráter urbanístico; propor meios projetuais de

interação entre a população local e visitantes, com a inserção de vegetação, mobiliário urbano, iluminação e áreas de permanência.

Para desenvolvimento deste trabalho lançou-se como metodologia o embasamento teórico a partir de artigos científicos, trabalhos acadêmicos, dentre outros; atividades de campo para diagnóstico da área; análise de projetos correlatos como alicerce do desenvolvimento projetual, e por fim o estudo preliminar, que mostra o resultado final do trabalho.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

É considerado espaço público, aquele que é de usufruto comum a todos, sem restrição de classes, etnias, religiões, entre outros. Sobre a função deste espaço, enquanto área de lazer. De forma complementar, GATTI (2013) ressalta que o espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro.

Uma das problemáticas que assombram os espaços é o abandono, associado à falta de manutenção, bem como, danos causados pelos agentes naturais e pela própria população. A dificuldade de acesso pelo público, a carência de locais para sentar-se, interagir e contemplar, e a carência de mobiliário urbano, são exemplos do porquê esses espaços muitas vezes mantêm-se ociosos e obsoletos.

Devido à crescente preocupação com o meio urbano e os danos causados nestes, surgiram métodos de recuperação dessas áreas. A requalificação é um meio de resgate, que visa a melhoria da qualidade desses ambientes estimulando novas práticas. Como exemplo, a requalificação do Largo do Arouche, em São Paulo/SP, buscou valorizar o desenho histórico da região e criar vias mais largas e arborizadas para predominar a circulação livre de pedestres (figura 1), a instalação de novos mobiliários urbanos e espaços destinados à permanência.

Figura 01: Largo do Arouche



Fonte: Archdaily. Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/918174/prefeitura-de-sao-paulo-inicia-projeto-de-requalificacao-do-largo-do-arouche-desenhado-por-triptyque-e-estudio-modulo?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com.br/br/918174/prefeitura-de-sao-paulo-inicia-projeto-de-requalificacao-do-largo-do-arouche-desenhado-por-triptyque-e-estudio-modulo?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)>. Acesso em: 06 set 2019.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PARA O ESPAÇO PÚBLICO

Segundo Kliass (1993), os parques urbanos são espaços livres destinados as atividades de recreação que possuem tamanhos consideráveis e dão ênfase à paisagem natural, composta pela vegetação, topografia e pelos elementos aquáticos.

Os conceitos entre praça e parque são frequentemente confundidos, por possuírem a mesma ideia são empregados de forma generalizada. A principal diferença entre esses dois equipamentos está na dimensão e na concentração de massa vegetal presente, onde o parque tem como função principal aproximar o homem da natureza, e a praça foco na função social.

A princípio, os parques estão relacionados aos conceitos de lazer, mas possuem uma grande versatilidade de funções que são atreladas as questões sociais, ecológicas, estética, educativa e psicológica (Scalise, 2008 *apud* MAYMONE, 2009).

Cada parque dispõe de suas próprias peculiaridades e tipologias, dentre as possíveis e inúmeras classificações de parque urbano, Ramos (1985 *apud* TEIXEIRA, 2007, p. 11-12), exemplifica: **parques de preservação**: têm como finalidade a manutenção de valores naturais ou culturais que necessitam ser perpetuados; **parques especiais**: são aqueles criados com fins específicos como, por exemplo, jardins botânicos, zoológicos e pomares públicos; **parques de recreação**: áreas verdes equipadas para atender a recreação de toda população urbana. Porém por existir diversas teorias a respeito das categorias e tipos de

parques, cada parque deverá ser adequado a realidade do local no qual será introduzido.

### 3 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Como análise de correlato, está a Praça Colinas de Anhanguera, localizada em Colinas do Anhanguera, Santana de Parnaíba – São Paulo, Brasil, onde buscou-se implementar um espaço onde fosse possível a interação entre a vida pública e a vida social. Esse projeto é marcado pelo traçado retilíneo sinalizados pelo desenho no piso que delimitam os espaços abertos e a organização dos equipamentos e atividades exercidas (figura 03).

Figura 1: Traçado do piso - Praça Colinas de Anhanguera



Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-26700/1-graus-lugar-concurso-de-projetos-praca-colinas-de-anhanguera-hus>> Acesso em: 23 set 2019.

Seu programa de necessidades é composto por, um palco elevado para eventos, banheiros públicos, bicicletário, posto de guarda municipal, três salões de apoio destinados a atividades comunitárias, bosques, quadra poliesportiva, pista de skate, mesa de jogos, ginástica, ciclovia, churrasqueiras e playground infantil e juvenil (figura 04). O projeto conta também com mobiliários, postes de iluminação e uma massa vegetal marcante, responsável pelo conforto térmico do local.

Figura 04: Implantação - Praça Colinas de Anhanguera

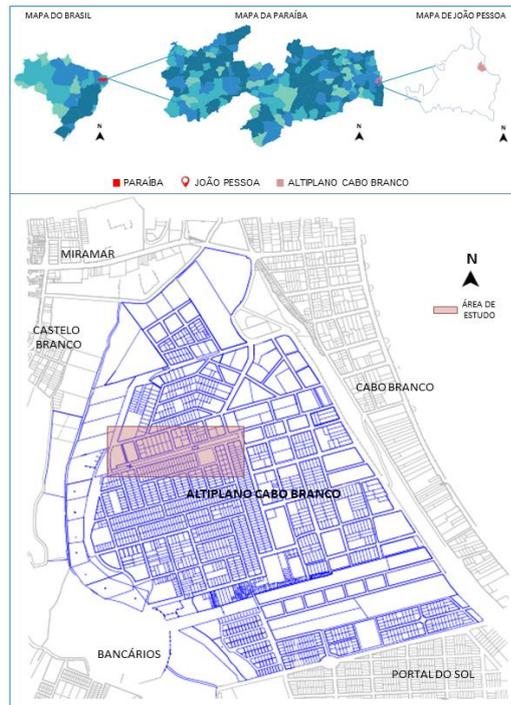


Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-26700/1-graus-lugar-concurso-de-projetos-praca-colinas-de-anhanguera-hus>> Acesso em: 23 set 2019.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Localizado na cidade João Pessoa, capital da Paraíba, a área de estudo situa-se entre as ruas Rui Gosta e José Rufino do bairro do Altiplano (figura 05).

Figura 05: Esquema de localização



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A partir de visitas *in loco* pode-se perceber que é uma zona predominantemente residencial, marcada pela verticalização dos condomínios de luxo na porção leste da área, com poucas opções de lazer, onde suas ruas de

maioria pavimentada, tendo um fluxo maior de veículos na rua Helena Freire. É provida de uma densa massa vegetal na região Sul proveniente da Zona Especial de Preservação 2, que abriga a mata atlântica, e contém regiões permeáveis com e sem forração. Sua topografia possui uma configuração mais plana a leste do terreno, com pouca diferenciação de nível, ao prolongar-se pelo espaço, nota-se um declive mais acentuado na porção oeste, porém, mesmo ao caminhar pela área a percepção desse declive não é tão perceptível, tornando a caminhada ainda sim, confortável.

O terreno objeto de estudo é marcado por uma exuberante densidade predial, nota-se que é bastante usado como estacionamento, devido a seu grande espaço ocioso e a quantidade de árvores presentes (figura 06). Ao caminhar pelo terreno, é difícil distinguir o que faz parte da rua Rui Costa e o que faz parte do lote, pois aparentemente não existe divisão entre os dois, sendo a demarcação sinalizada pelas linhas de desejo expressadas pelo fluxo dos carros que ali circulam (figura 07).

Figura 06: Estacionamento



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Figura 07: Vista superior com demarcação do lote



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Durante o dia, algumas atividades foram registradas, revelando o desejo da população quanto ao uso do espaço para a realização de atividades e a necessidade

de um local arborizado para se permanecer (figura 08). Sobre a iluminação, fica por conta dos postes de grande porte, que atendem satisfatoriamente a área. Ao caminhar a noite pelo espaço, percebe-se que o terreno é bem iluminado, porém nas áreas onde a massa vegetal apresenta uma configuração mais densa, a penetração da luz no meio espacial do terreno se torna difícil devido as copas das árvores, que impedem a chegada da luz no solo, tornando o espaço escuro, conseqüentemente inseguro.

Figura 08: Atividades preexistentes



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Segundo relatos dos próprios moradores, é possível identificar três níveis diferentes em relação à segurança (figura 09). Existe na área um posto policial, nessa área a segurança é maior por haver policiais com mais frequência. Contudo a área estudada tem um declive acentuado, a ponto que a visualização do fim da rua já não é mais possível do posto policial, e por isso a segurança vai diminuindo, no final da rua já próximo a mata atlântica, a segurança é quase zero, os moradores afirmam que essa insegurança se dá devido à falta de poda das árvores que chegam a cobrir a iluminação dos postes.

Figura 09: Mapa de segurança



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Sobre as problemáticas e potencialidades do local, é possível perceber através da tabela quais diretrizes projetuais a serem seguidas para melhoramento dos problemas em questão (tabela 01).

Tabela 01: Tabela PPD

IMAGEM PROBLEMÁTICA	PROBLEMÁTICA	POTENCIALIDADES	DIRETRIZES
	Área subutilizada como estacionamento	Espaço propício para implementação de áreas de lazer e esporte	Inserção de mobiliário urbano e equipamentos voltados para o lazer
	Espaço ocioso e sem vegetação / Desconforto térmico	Espaço propício para implementação de áreas de lazer e esporte	Rearborização adequada com espécies nativas do bioma da região
	Maciço arbóreo / Crescimento desordenado da vegetação	Conforto térmico, criação de parque, áreas de permanência e áreas de descanso	Manutenção através de podas
	Postes altos / Iluminação insuficientes abaixo das copas das árvores	Iluminação geral da área	Inserir iluminação de piso e postes mais baixos
	Vegetação presente na rua Rui Costa	Impede o fluxo dos carros na rua, fazendo com que os mesmos circulem pela área de intervenção	Erradicar vegetação da rua e replantar na área de intervenção
	Depósito de lixo	Conscientizar a população a respeito da poluição ambiental	Introdução de lixeiras

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

## 5 PROPOSTA PROJETUAL

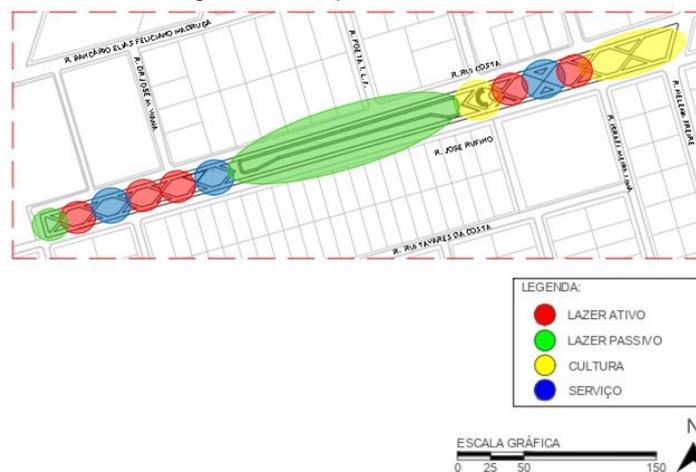
O conceito do projeto parte da ideia de conectividade entre usos e usuários, e o espaço natural, trazendo a sensação de calma e pertencimento. Possui um traçado geométrico, tendo como partido arquitetônico as formas triangulares e hexagonais, onde a partir deles são definidas as zonas de atuação e atividades,

sejam elas alimentação, contemplação e convívio social, prática de esportes, entre outros.

Seu programa de necessidades é composto por lazer passivo, com atividades como ioga, piquenique, contemplação, redário e áreas verdes de permanência; lazer ativo, com ciclovia, playground para crianças de 0 a 6 anos e de 6 a 12 anos, academia da saúde, espaço pet e espaço para jogos de mesa; setor cultural, com espaço livre destinado a feiras e/ou apresentações culturais; e por fim o setor de serviço, com quiosques, banheiro público e unidade da polícia militar.

O zoneamento do parque (figura 10) foi pensado de acordo com usos preexistentes da área de estudo, assim, as áreas sociais, de lazer e de esporte, ficam concentradas na maior parte do terreno, para melhor atender as necessidades da população.

Figura 10: Mapa de zoneamento



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O projeto parte do conceito de conectividade, expressado pelo seu traçado geométrico. É possível perceber a ideia através do encontro dos hexágonos que definem as áreas de atuação e garantem a sensação de conexão entre as diferentes atividades propostas para o parque. O formato triangular dos canteiros marca o limite dessas áreas e o trajeto a ser percorrido pelo parque (figura 11).

Figura 11: Proposta dos canteiros triangulares e a vista do anfiteatro.



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

O parque busca a integração e a inclusão social, promovendo a sociabilidade entre os diferentes tipos de usuários e que deficientes físicos usufruam dos equipamentos. Pensando nisso, o parque apresenta trajetos largos com 3 metros de largura na calçada periférica e trajetos de circulação com 2 metros de largura, mobiliários capazes de atender as diferentes necessidades, playground com brinquedos acessíveis (figura 12 e 13), rampas de acesso, faixa de pedestre elevada, piso tátil nos trajetos principais e de ligação, alturas diferentes nas bancadas de atendimentos dos quiosques e piso em concreto liso, livre de barreiras, para facilitar a locomoção dentro do parque.

Figura 12: Playground acessível



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

Figura 13: Vista do Playground e mobiliário próximo.



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

A paginação do piso é marcada por formas triangulares irregulares em tons de cinza. A cor laranja encontrada na praça de entrada indica e direciona os visitantes a entrar no parque (figura 14).

Figura 14: Paginação de piso na praça de entrada do parque



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

A área composta apenas por bancos e vegetação, situada na zona leste do terreno, é destinada a feiras culturais e orgânicas, apresentações, *food trucks* e atividades em geral que fazem uso de grandes espaços livres (figura 15).

Figura 15: Espaço destinado a atividades ao ar livre



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

Manteve-se o posto da polícia militar como também os postes de grande porte, e os pontos de ônibus. Os quiosques apresentam pérgolas como coberta, para dar a sensação de aconchego e interação com a natureza (figura 16).

Figura 16: Vista do quiosque inserido no parque



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

Além dos usos e tipos de atividades citadas, o parque contém um anfiteatro (figura 11), ciclovia (figura 17), jogos de mesa, áreas de contemplação, espaço pet, pensando e aproveitando o uso preexistente na área, academia da saúde (figura 18), baterias de banheiro, além de atividades propostas no meio natural como: ioga, piquenique e descanso que fica por conta dos redários (figura 19).

Figura 17: Vista da Ciclovia que percorre todo o parque.



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

Figura 18: Academia da saúde e quiosque



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

Figura 19: Vista da área arborizada com os Redários.



Fonte: Produzido pela autora, 2019.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, conclui-se que a proposta de implantação de um parque urbano linear no bairro do Altiplano, em João Pessoa/PB apresenta vitalidade e favorece a interação entre os diversos tipos de usuários, promove lazer e recreação a população local e visitantes, conforto e melhoria na qualidade de vida urbana.

#### REFERÊNCIAS

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto.** Coordenação do Programa Soluções para Cidades – São Paulo, CAU-SP, ABCP, 2013. 91 p.

HELM, Joanna. Concurso de projetos: Praça Colinas de Anhanguera / HUS. **Arch Daily.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-26700/1-graus-lugar-concurso-de-projetos-praca-colinas-de-anhanguera-hus>. Acesso em: 23 set 2019.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo.** São Paulo: Editora PINI, 1993.

MAYMONE, Marco Antonio de Alencar. **Parques Urbanos – Origens, conceitos, projetos, legislação e custo de implantação. Estudo de caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS.** 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: estudo de casos na Bacia da Pampulha - Belo Horizonte, MG.** 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

